



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**JUSSARA DE FÁTIMA GERMANO SÁ**

**ENTRE A SAIA E O BACAMARTE:**  
**MEMÓRIAS DE FIDERALINA AUGUSTO LIMA**  
**(1832-1919)**

**CAJAZEIRAS- PB**

**2016**

**JUSSARA DE FÁTIMA GERMANO SÁ**

**ENTRE A SAIA E O BACAMARTE:  
MEMÓRIAS DE FIDERALINA AUGUSTO LIMA  
(1832-1919)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto**

**CAJAZEIRAS- PB**

**2016**

JUSSARA DE FÁTIMA GERMANO SÁ

ENTRE A SAIA E O BACAMARTE:  
MEMÓRIAS DE FIDERALINA AUGUSTO  
(1832-1919)

Monografia aprovada em: 14 / 10 /2016

BANCA EXAMINADORA

*FFS Neto*

---

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto  
Orientador

*M. Fortunato*

---

Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato  
Examinadora

*Isamarco*

---

Prof. Ms. Isamarco Gonçalves Lôbo  
Examinador

---

Profa. Dra. Mariana Moreira Neto  
Suplente

CAJAZEIRAS- PB  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S111e Sá, Jussara de Fátima Germano.

Entre a saia e o bacamarte: memórias de Fideralina Augusto Lima /  
Jussara de Fátima Germano Sá.- Cajazeiras, 2016.

81p.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2016.

*Ao meu grande avô Izaú Germano Bezerra,  
incentivador, amigo, pai (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que, em sua infinita bondade, me proporcionou viver esta experiência com força e determinação, não me deixando sucumbir diante das dificuldades e me auxiliando através de familiares e amigos.

Agradecimento especial ao meu avô Izaú Germano Bezerra (*in memoriam*), por ter me ajudado desde o início dos estudos, por estar ao meu lado até o momento de sua partida, quando ainda iniciava a escrita deste trabalho. Registro aqui minha tristeza por você não estar aqui vivenciando junto comigo o momento mais esperado de nossas vidas: a formatura. Dedico este trabalho inteiramente a você querido e estimado avô!

A minha mãe, que esteve ao meu lado em todos os momentos de luta diária para a realização da pesquisa, auxiliando-me através de seu afago e compreendendo e tendo paciência com as minhas ausências. Em suma, dedico a todos os meus familiares. Quero dizer a todos vocês que esta conquista é nossa! À Eligia Mara, pelo companheirismo e incentivo nos momentos em que os obstáculos pareciam grandes demais. Ao meu companheiro de jornada, Vinícius Viana, que com seu amor e dedicação fez o meu trabalho se tornar leve e gratificante.

A minha eterna gratidão aos amigos que me deram o impulso necessário para a realização da escrita deste trabalho: Tomaz Caetano, Solange Carvalho, Sandriana Lucena e Ironeide Araújo. Obrigada de coração!

Agradeço aos pesquisadores Dimas Macêdo, Melquíades Pinto Paiva, Rejane Monteiro Augusto Gonçalves, Cristina Couto, como também ao poeta José Teles, pela disponibilização de preciosos livros e por participarem como colaboradores deste estudo. Ao jornalista Paulo Sérgio por me disponibilizar seu gravador para realização das entrevistas. A Erilene Barros Duarte pela ajuda com as impressões.

Agradeço à Universidade Federal de Campina Grande, por me proporcionar a realização de um sonho. Especialmente aos docentes que, com grande esforço e com seus conhecimentos valorosos, contribuíram de maneira imensurável para a minha formação profissional.

À banca examinadora pela aceitação da análise deste trabalho. Tenho plena convicção que o debate e as reflexões feitas contribuíram substancialmente para o aperfeiçoamento das considerações aqui realizadas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto, pela dedicação, pela paciência e destreza que teve comigo, auxiliando-me durante todo o período de escrita deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o coronelismo como uma prática política resultado de um momento histórico específico e cujas características podem ser comparadas e se assemelham às dos chefes políticos contemporâneos. Nesses termos, abordaremos uma manifestação coronelística particular da política brasileira, que ocorreu na cidade de Lavras da Mangabeira, estado do Ceará, entre final do século XIX e início do século XX. Nessa região, através da herança do poder político, Fideralina Augusto Lima se tornou uma coronela do sertão, deixando memórias sobre sua vida e suas ações. Nos deteremos a análise dessas memórias através de entrevistas realizadas pela metodologia da história oral, destacando as singularidades do coronelismo que ela empreendeu. Discutimos o conceito de coronelismo através de livros como: *Coronelismo, enxada e voto*, de Leal (2012); *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*, de Rêgo (2008); e *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*, de Fortunato (2000), que abordam o contexto histórico que permitiu o desenvolvimento das ações dos chefes locais, mesmo “distantes” do poder instituído.

**Palavras-chaves:** Lavras da Mangabeira; Fideralina Augusto Lima; Coronelismo; Memórias Míticas.



## ABSTRACT

This work aims to discuss the coronelismo as a political practice result of a specific historical moment and whose characteristics that can be compared and resemble those of contemporary political leaders. In these terms, we will cover a particular manifestation of Brazilian politics, which occurred in Lavras da Mangabeira, Ceara, between the late nineteenth and early twentieth century. In this region, through inheritance of political power, Fideralina Augusto Lima became a colonel of the interior, leaving memories about her life and her actions. We will concentrate on the analysis of these memories through interviews conducted by the methodology of oral history, highlighting the uniqueness of coronelismo she undertook. We discussed the concept of coronelismo through books like: *Coronelismo, enxada e voto*, by Leal (2012); *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*, by Rêgo (2008); e *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*, by Fortunato (2000), which discusses the historical context that led to the development of the actions of local chiefs, even "away" from the established power.

**Keywords:** Lavras da Mangabeira; Fideralina Augusto Lima; Coronelismo; Mythical memories.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 11 |
| <b>Capítulo I: REDES DE PODER: HISTÓRICO DO CORONELISMO NO BRASIL</b> .....                                    | 19 |
| 1.1 Coronelismo: construindo um conceito.....  | 20 |
| 1.2 As bases do coronelismo na sociedade brasileira.....   | 23 |
| 1.2.1 Coronelismo no Ceará.....  | 25 |
| 1.2.2 Tensões políticas cearenses.....   | 27 |
| 1.2.3 Desenvolvimento das oligarquias cearenses.....   | 29 |
| 1.2.4 Acordos e divergências entre chefes locais.....  | 34 |
| <b>Capítulo II: FIDERALINA AUGUSTO LIMA: UMA CORONELA DO CENTRO-SUL CEARENSE</b> .....                         | 38 |
| 2.1 O clã dos Augustos.....  | 42 |
| 2.2 Coronelismo no centro-sul e Cariri cearenses.....  | 46 |
| 2.3 Fideralina e sua atuação política.....   | 50 |
| <b>Capítulo III: FIDERALINA AUGUSTO LIMA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA HISTÓRICA LAVRENSE (1832-1919)</b> ..... | 54 |
| 3.1. Memórias lavrenses sobre Fideralina Augusto Lima.....   | 57 |
| 3.2 Fideralina através da oralidade: análise de entrevistas.....   | 59 |
| 3.3 Memória histórica: considerações sobre as entrevistas.....   | 65 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 67 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 69 |
| <b>APÊNDICE A</b> .....  | 72 |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo refletir sobre o papel e a influência política de Fideralina Augusto de Lima, cearense que se destacou enquanto líder política através de suas raízes familiares. Fideralina Augusto Lima, conhecida como a matriarca do sertão, é o objeto de estudo desta pesquisa. Fideralina atuou na política em Lavras da Mangabeira, cidade do centro-sul cearense, onde era vista como uma representante peculiar do mandonismo local. Lavras da Mangabeira ficou conhecida pela participação nas decisões políticas de todo o Estado do Ceará no período do coronelismo, onde a política local era preconizada pelas relações entre o poder local e o poder na esfera nacional, bem como pela troca de favores que atendessem prontamente as necessidades vitais dos cidadãos.



*D. Fideralina Augusto Lima*

Nasceu em 24/8/1832. Faleceu em 16/01/1919

**Figura 1-** Fideralina Augusto Lima. Imagem do arquivo pessoal Cristina Couto.

Assim como na maior parte do território nordestino, o momento histórico em que o município foi elevado à categoria de cidade estava permeado por uma considerável instabilidade política: “De 1884 até o final do século XIX, alastra-se no interior do Nordeste e, especialmente na Região do Cariri, a arregimentação de grupos armados, que viviam de saques e da depredação das cidades” (MACÊDO, 2011, p. 29). Havia também uma desigualdade social com uma população pobre, analfabeta e sem acesso à terra. Todo esse contexto histórico contribuiu para o surgimento do

coronelismo: “No período em que Fideralina Augusto comandou o clã dos Augustos, ela adotou todas as características do perfeito coronelismo sertanejo, com base no latifúndio e na ocupação dos cargos públicos” (PAIVA, 2008, p. 20). Procurando agir politicamente em harmonia, os coronéis uniram o “útil ao agradável”:

A liderança dos coronéis corresponde a um conjunto de natureza distinta, que inclui um certo poderio econômico e sobretudo as qualidades pessoais e espirituais e que, somados à pertença a uma organização familiar poderosa e prestigiosa, possibilitam o exercício de um poder incontrastado o qual, reconhecido e legitimado pelo Estado, traduzia-se em fenômeno nacional (REGO, 2014, p. 71).

Por se tratar de uma manifestação particular, que é a da participação de uma mulher na política, construiu-se uma memória em torno da figura de Fideralina Augusto Lima e seus descendentes. Por vezes, exaltada através dos historiadores e memorialistas lavrenses e, outras vezes, através de uma imagem pejorativa espalhada pela oralidade, sendo descrita como uma senhora de escravos e uma coronela que não media esforços para realizar suas vontades e a dos que a circundavam.

Ao analisarmos o contexto sócio-político da cidade de Lavras da Mangabeira no final do século XIX e início do século XX, contatamos o prestígio e a influência política de Fideralina Augusto Lima. Ao se referir a ela, um dos seus maiores estudiosos assim descreve o papel e a influência política da matriarca dos Augusto: “Dona Fideralina tem sido uma das mais conhecidas figuras da história política do Nordeste e um dos nomes mais citados do coronelismo, cujo espírito encarnou com a sua armadura de guerreira” (MACÊDO, 2012, p. 31).

O presente trabalho teve sua origem a partir do interesse e da curiosidade que essa líder política suscitou em mim, tendo em vista o caráter peculiar que envolve o período em análise, bem como a ascensão da mesma nesse contexto adverso à presença feminina nos arranjos políticos. Fideralina Augusto Lima viveu de 1832 a 1919. Tendo em vista o legado que ela deixou, seu período de vida foi suficiente para deixar marcado na memória dos lavrenses seus feitos e alguns detalhes da sua vida pública e privada, que refletem as singularidades do panorama político lavrense para a época em questão.

As narrações sobre a sua vida, em maior grau, elevam seus feitos e realizações, destacando-a como mulher de decisões firmes. Acostumada ao mandonismo, representou os parentes masculinos mais imediatos que haviam falecido. Por ser uma mulher que assumiu o lugar masculino, em uma época onde as mulheres eram

silenciadas, Fideralina tornou-se uma personagem histórica marcante. No imaginário lavrense ela é representada através de suas ações incomuns e pela sua efetiva participação na sociedade, o que era um comportamento difícil de ser verificado nas mulheres daquela época (final do século XIX e início do século XX).

A partir dessa questão veio à tona a problemática sobre as memórias que se constituíram em Lavras da Mangabeira sobre Fideralina. Por isso, tornou-se necessário a fonte oral como uma possibilidade de analisar aspectos culturais ou biográficos por meio de entrevistas, possibilitando um maior aprofundamento nas construções imagéticas, memorialísticas e na historiografia construída sobre nosso objeto de pesquisa.

A pesquisa tem por intuito entender como a memória dos lavrenses sobre Fideralina contribui para a construção da identidade cultural lavrense, e até que ponto a política de fins do século XIX e início do século XX influenciou na construção política do município de Lavras da Mangabeira. Indagamos também sobre quais as influências políticas verificadas nos espaços de poder diante da herança política do clã dos Augustos. Ao abordarmos a temática através do estudo das memórias, procuramos interligar as imagens criadas em torno da coronela Fideralina, visto que há sempre um distanciamento entre o que a historiografia produzida sobre a mesma relata e aquilo que a memória põe em evidência cotidianamente. O que se pode extrair e incrementar desse método de análise é de grande valia para desenvolvermos uma abordagem mais completa sobre o nosso objeto de pesquisa.

Ao longo da história da humanidade, a oralidade representou uma perpetuação de um conhecimento repassado de forma profissional, familiar ou artisticamente, relatando as experiências vividas em acontecimentos corriqueiros ou em ocasiões mais destacadas, assim como narravam epopeias sobre a aventura de heróis, deuses ou homens de ação. “Assim, a história começou como um *relato*, a narração daquele que pode dizer "Eu vi, senti". Este aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica” (LE GOFF, 1990, p. 9).

Para estudarmos as memórias que os lavrenses constroem/possuem sobre Fideralina, adotamos como metodologia historiográfica as fontes históricas orais, realizando entrevistas, tais como: Dimas Macêdo (Acadêmico da Academia Lavrense de

Letras, lavrense, historiador) - Entrevistado 1; Melquíades Pinto Paiva (Cientista, escritor, lavrense e trineto de Fideralina) - Entrevistado 2; José Teles da Silva (Acadêmico da Academia Lavrense de Letras, poeta popular, escritor, lavrense) - Entrevistado 3; Rejane Monteiro Augusto Gonçalves (Historiadora, lavrense, trineta de Fideralina) - Entrevistada 4; Cristina Couto (Historiadora)- Entrevistada 5.

Foi utilizado, concomitantemente, algumas obras que contribuíram com a pesquisa histórica tal como: Victor Nunes Leal (2012) , *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*; Maria Lucinete Fortunato (2000), *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*; Raymundo Faoro (2001), *Os donos do poder*; Maria de Lourdes Mônico Jannoti (2012), *O coronelismo: uma política de compromissos*; e André Heráclio do Rêgo (2008), *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*, como também outras publicações de grande importância para a constituição deste trabalho.

Para Le Goff (1992), o trabalho da memória é, inicialmente, de preservar as lembranças e reportá-las ao presente. Por isso, o documento histórico, ao ser analisado pelo historiador, torna-se não apenas um objeto de estudo, mas algo que representa uma sociedade, uma época e uma forma de pensar: “[...] se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento” (LE GOFF, 1992, p. 10). Sendo assim, os documentos que analisamos, sejam eles orais ou imagéticos, nos transmitem características de um contexto histórico específico, possibilitando-nos compreender a mentalidade que fazia parte do momento estudado.

Por se tratar de um conhecimento subjetivo e pessoal, a história oral lida com memórias privadas que possibilitam ao historiador adentrar em um terreno mais aprofundado das vivências humanas. As subjetividades inseridas ao discurso na qual representam, não aparecem nos documentos históricos oficiais (ou pelo menos estão isentos deste), pois este conhecimento subjetivo estará visível de forma mais clara nos relatos orais:

A memória, bem o sabemos, é um teatro pessoal e se fabrica através de reconstituições íntimas ou míticas que podem embaraçar o historiador. Com efeito (e o debate neste momento é atual) a memória não é a história; sua irrupção é frequentemente julgada embaraçante pelos profissionais de uma história que deve dar o relato coerente, ordenado e verídico do que se passou. A testemunha, clamando sua

fala, parece submergir o historiador por um derramamento demasiado vivo de seus sentimentos, por uma memória demasiado sensível, demasiado dolorosa ou mesmo deformada, que distrai ou extravia a fabricação do discurso histórico (FARGE, 2011, p. 78).

A metodologia da história oral a partir dos anos 1970 renovou suas concepções ante o ensino de história e ao saber-fazer do historiador. Passou a dialogar com outros elementos históricos no meio acadêmico, objetivando a construção de uma historiografia renovada. As lacunas deixadas pela memória oral do entrevistado não constituem uma desorientação do trabalho do historiador. Quando se verifica algum tipo de fragmentação e de complemento nos dados analisados, essas lacunas podem ser utilizadas como objetos de questionamentos e problemáticas para o historiador: “O que realmente importa é que a memória não é um depósito passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados” (PORTELLI, 1979 *apud* THOMPSON, p. 69).

Quando se analisa a memória como base para a escrita da história, o trabalho historiográfico ganha um novo foco. Não serão expostas apenas concepções sobre o passado, acima de tudo serão apresentadas respostas para os pensamentos de um tempo presente. Para Le Goff (1990), a memória tem o “poder” de buscar respostas e transformar o presente social através da reelaboração de um passado comum. A história passa a não ser mais somente “vista de cima” e todos os grupos sociais podem participar do processo histórico. A memória também passa pelo esquecimento, pois aquele que rememora o passado seleciona os fatos, e a memória nem sempre os apresenta com a exatidão em que eles ocorreram. Como a memória é uma vivência do passado, traz em si fatos e angústias desagradáveis, e é neste ponto que o esquecimento se torna essencial quando seleciona e, de certa forma, “exclui” certos acontecimentos.

Dentro desse contexto memorialístico é necessário entender como a história oral nos possibilita o contato com a memória, contribuindo para a construção histórica no presente. Afirma-se, assim, que a memória tende a ser um importante objeto de estudo histórico, fazendo com que o historiador possa compreender a dinâmica da relação dos indivíduos com o seu passado e o seu presente, a partir de problemáticas do tempo em que vivem:

Se as memórias forem tratadas como um objeto de análise histórica, a história oral pode se tornar "um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da natureza do processo de

memória histórica - como as pessoas compreendem seu passado, como vinculam a experiência individual e seu contexto social, como o passado torna-se parte do presente, e como os indivíduos o utilizam para interpretar suas vidas e o mundo à sua volta" (FRISCH, 1990 *apud* THOMPSON, 1998, p. 188).

A partir do momento em que a memória é tratada como um objeto de estudo, o historiador passa a analisar a interligação de um passado individual ao coletivo, que muitas vezes não se conecta de uma forma proveitosa no documento histórico oficial, remetendo a um contexto mais amplo de uma época: "Sem deixar de reconhecer as dificuldades da história oral, pode-se detectar no método um potencial de pesquisa extremamente rico que não deve nos impedir de tirar o proveito devido de seu uso" (FERREIRA, 2002, p. 327).

A metodologia de um trabalho, cuja ênfase está na oralidade, possibilita ao historiador construir suas narrativas utilizando fontes do período de sua pesquisa aliadas às fontes históricas escritas, expandindo assim o material para a elaboração de um conhecimento histórico de caráter plural. A preocupação central do historiador não deve estar pautada em uma objetividade absoluta e universal na aquisição dos seus relatos orais, pois até seus desvios, recortes e esquecimentos, possibilitam uma análise mais efetiva ao historiador: "As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central" (FERREIRA, 2002, p. 328).

De acordo com o estudo memorialístico sobre Fideralina, deve-se levar em conta os limites e imposições que as diferentes temporalidades exercem ao estudo da história, já que as fontes primárias são escassas e, quando existem, não falam muito, apenas recriam vozes que exaltam e qualificam um conhecimento fragmentário de fatos isolados que não possibilitam problematizar o assunto. As poucas fontes que existem tornam-se já foram bastante utilizadas por outros historiadores. Por essas razões, este trabalho tratará de produzir suas próprias fontes de estudo através da realização de entrevistas com populares e especialistas no estudo sobre a referida coronela. As entrevistas, por meio de relatos orais, serão analisadas de acordo com as memórias construídas no cenário político e cultural da sociedade lavrense sobre os feitos da referida senhora:

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de



pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades (FERREIRA, 2002, p. 330).

Ao nos determos especificamente sobre as memórias que os cidadãos lavrenses possuem sobre Fideralina, este trabalho tem o propósito de analisar como essas memórias se constituíram e se perpetuam até hoje. Sustentamos a ideia que o entrevistado rememora as lembranças que tem, fazendo parte de um contexto social que traz imbricado uma coletividade. Para Halbwachs (2006), toda memória é coletiva e está imbuída da identidade de um determinado contexto social.

De acordo com esta perspectiva, conclui-se que a história oral se pauta na capacidade do indivíduo de rememorar o passado, tenha ele vivido ou não os acontecimentos, muitas das vezes repassando os fatos pretéritos de geração para geração. Nesse sentido, o passado não pode ser reconstruído em sua totalidade já que se inicia a partir de questões do presente para assim buscar respostas de seu tempo. Dessa forma, é preciso expor que a memória neste trabalho busca entender o que os cidadãos lavrenses rememoram sobre Fideralina.

Partindo do pressuposto de que a escolha dos entrevistados se fundamenta, em primeiro lugar, “guiada pelos objetivos da pesquisa” (ALBERTI, 2004, p. 31), escolhemos entrevistados considerando suas experiências e sua conexão com o sujeito histórico objetivado. Sobre esse procedimento metodológico, Alberti afirma:

O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de "informantes" em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas - em função de sua relação com o tema estudado -, seu papel estratégico, sua posição no grupo etc (ALBERTI, 2004, p. 32).

De acordo com os pressupostos do *Manual de História Oral Alberti* (2004), foram escolhidas cinco pessoas, com a preocupação evidente de viabilizar e reconstruir um conhecimento sobre Fideralina Augusto Lima por meio de entrevistas orais. O intuito é atingir a maior proximidade descritiva possível da personalidade e da imagem de Fideralina, proporcionando assim a aquisição das experiências e vivências que fomentaram os fatos aqui estudados.

Como destaca Alberti (2004, p. 31), a “escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”. A partir das orientações expostas no manual, procuramos enfatizar pessoas que possuísem algum vínculo pessoal ou profissional com a história da referida coronela, através de sua memória narrada pela oralidade, de uma familiaridade ou parentesco, ou através do estudo histórico específico sobre a mesma. As entrevistas ocorreram de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado, e por meio de gravações em áudio e da transcrição escrita. Enfim, optamos pelo procedimento metodológico da História Oral.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro tem por título *Redes de poder: histórico do coronelismo no Brasil*, cujo objetivo é abordar o contexto histórico do coronelismo a partir da leitura de diversos teóricos. A nossa intenção é entender esse momento histórico e os questionamentos que paulatinamente foram surgindo no cenário local e, mais especificamente, na região Nordeste, tendo como foco principal a participação de Fideralina Augusto Lima na política estadual.

O segundo capítulo tem por título *Fideralina Augusto Lima: uma representação do coronelismo no centro-sul cearense* e apresenta os relatos biográficos de Fideralina dentro da política cearense. Questionamos também até que ponto Fideralina influenciou politicamente a esfera regional do poder, a partir da sua atuação política na cidade de Lavras da Mangabeira.

O terceiro capítulo *Fideralina Augusto Lima: a construção de uma memória histórica lavrense (1832-1919)* discute a relação entre história e memória ao adentrar no terreno da história, trazendo questionamentos a respeito da utilização da metodologia da história oral no trabalho de pesquisa. A partir das memórias narradas, entenderemos como e porque há tanta diversidade na forma como Fideralina é vista e descrita na sociedade lavrense.

## CAPÍTULO I

### REDES DE PODER: HISTÓRICO DO CORONELISMO NO BRASIL

Este capítulo centraliza sua discussão no fenômeno do coronelismo, ressaltando suas estruturas oligárquicas calcadas na dominação econômica e/ou militar de tropas particulares, com uma ênfase maior no ambiente histórico no qual o coronelismo foi formado.

O poderio local durante o final do século XIX e início do XX, sobretudo na região Nordeste, era caracterizado por uma elite oligárquica que comandava a população através do seu prestígio político-econômico. Dentro desse contexto, no qual a maior parte das pessoas eram pobres e passavam por inúmeras dificuldades para garantir a sobrevivência, a população necessitava corriqueiramente dos favores de lideranças políticas locais que, na figura dos coronéis, na maioria das vezes, eram os únicos meios possíveis para suprirem demandas sociais não atendidas diretamente pelos chefes do Estado.

O coronelismo estava estruturado por meio de uma “troca de favores”, em que os chefes políticos locais dos pequenos municípios ou povoados organizavam o controle de votos para os representantes dos governos estaduais, enquanto os chefes máximos do estado faziam com que tudo permanecesse sob o controle da ordem preestabelecida, mantendo a perpetuação da ação dos chamados “homens autoritários” – os coronéis. Além de controlarem a economia nos espaços urbanos e rurais que estavam sob seu domínio, os coronéis serviam de aporte para as lideranças políticas envolvidas com as redes de poder no cenário social do Nordeste, participando direta ou indiretamente de vários conflitos que marcaram a história social dessa região, durante as primeiras décadas do século XX: “O Coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas” (JANOTTI, 1984, p. 7).

Avalia-se a figura do coronel como um personagem histórico que atingiu um patamar social destacado por meio de suas práticas de intimidação, assim como por uma influência protetora que acolhia e regulava a ação de seus dependentes. O controle local desses mandatários políticos se refletia nas práticas de apadrinhamentos, clientelismos e favorecimentos pessoais que possibilitavam a sua máxima influência na esfera eleitoral. Através do seu poder político e financeiro, bem como pelos favores prestados e pela

intimidação que este causava dentro da sociedade (em especial às classes menos favorecidas), o coronel empreendia uma dinâmica de poder que organizava as regras sociais, adquirindo respeito nas localidades onde atuava e garantindo sua predominância na política local.

O coronelismo foi um fenômeno que se perpetuou rapidamente em diversas regiões do país, com maior força em cidades interioranas e zonas rurais, visto que a necessidade e os interesses particulares prevaleciam diante das reais carências de uma população pobre e dependente. Os favores políticos eram constantes – o que fazia com que as alianças firmadas fossem estabelecidas levando-se em consideração a dependência e até o respeito suscitado pela pessoa do coronel.

### **1.1 Coronelismo: construindo um conceito**

É possível estudarmos diversas figuras, em determinados momentos históricos, que assumiram o papel de um coronel, embora este título esteja vinculado à Guarda Nacional durante o Império. Leal (2012) entende o coronelismo como uma relação interdependente entre as três esferas do poder (local, estadual e federal). Faoro (2001), por sua vez, defende a ideia de que o poder dos coronéis era patrimonialista, estando ligado ao prestígio social que ele possuía e que era conferido pela esfera do poder central

Assim sendo, faz-se necessário entender a problemática desse momento histórico para a formação da sociedade brasileira. Não podemos agir anacronicamente afirmando que os coronéis existiram em outros períodos históricos para além da criação da Guarda Nacional, ignorando-se desta forma o poderio conferido aos chefes locais em momentos distintos da nossa história. De todo modo, nos dias atuais, é possível observarmos na sociedade brasileira que o favoritismo, expresso através das ações dos chefes locais, ainda predomina na atuação política de nossos representantes e remete às práticas coronelísticas de outrora:

Os coronéis sobreviveram à Guarda Nacional e à República Velha. O fenômeno não deixou de existir e se adaptou aos novos tempos. Eles empregam novos métodos de dominação. Um deles é o controle dos meios de comunicação, como rádio e televisão. O coronel de hoje não é o fazendeiro de terno branco, botas e chicote de couro na mão. Ele

viaja de avião, conhece a Europa e os Estados Unidos, frequenta a alta sociedade e às vezes tem até título universitário (RÊGO, 2010, p. 61).

Na visão do autor citado, o coronelismo permanece até os dias atuais. Mas, quando comparada aos coronéis da República Velha, as ações dos nossos “chefes” políticos nos dias de hoje são repletas de caprichos e barganhas distintas. Seus títulos são conferidos por voto representativo, dominam a população por promessas midiáticas e não somente através do coleguismo e da popularidade. Possuem outros meios de atingirem seus objetivos diante do eleitorado, mesmo as características sendo similares: a maioria propaga uma política de interesses próprios e apenas alguns favores prestados à população, com o objetivo de ter o voto garantido. Alguns dos chefes locais, estaduais ou federais são descendentes diretos de chefes oligárquicos que mantiveram influência durante longo período em um determinado território.

Nesse sentido, o coronelismo contemporâneo aborda diversas características que figuram no chamado coronel: sua popularidade, poderio econômico, relação com o poder instituído, sem deixar de lado a questão da dominação política. Em uma instância ou outra, o que ele busca realmente é deter o poder de uma região/localidade. Além de possuir o mandonismo<sup>1</sup>, era preciso também ter domínio do seu eleitorado ou certa popularidade para alcançar o objetivo eleitoral. Além de provocar nos seus subordinados medo e respeito, os coronéis precisavam fazer com que sua palavra prevalecesse.

Federalina Augusto Lima, mulher que assumiu o lugar político numa sociedade patriarcal e que possuía a qualidade inexplicável de que trata a autora. Além de ser detentora de um grande poderio econômico adquirido com a morte do pai e posteriormente do marido, também mantinha em torno de si pessoas que lhe deviam respeito e uma fidelidade inquestionável. Federalina era um forte exemplo entre as relações de poder e o patrimonialismo, como também da política de troca de favores entre os poderes instituídos, cedendo muitas das vezes “cabras” para participarem de momentos históricos do Ceará, que envolviam grande parte dos interesses estaduais e nacionais.

A problemática abordada por este trabalho envolve as implicações que proporcionaram a atuação dos coronéis e questiona a importância desse fenômeno para a formação da política brasileira que temos atualmente, refutando assim um conceito

---

<sup>1</sup> Sobre esse termo, ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Ed. da USP, 1969.

que se mostrasse pronto e acabado. São muitas as lacunas a serem preenchidas no campo de estudos coronelísticos. Não podemos nos basear apenas em uma característica. É preciso entender que cada um dos conceitos estudados na literatura acadêmica, seja na área econômica, social ou mesmo política, são essenciais para a validação do conceito de coronelismo. É preciso que haja uma relação intrínseca de favorecimento para que se estabeleça uma relação entre as instâncias dos poderes. Coronelismo é, portanto, uma relação estabelecida entre os chefes locais, a população e o poder instituído. O coronel, através de seu poderio econômico, necessitava daqueles que estavam sob espectro de sua atuação política, agindo em consonância com os poderes estadual e federal, que ofereciam apoio aos coronéis para atuarem em seu território, com a ocorrência da compra e troca de votos.

O coronelismo é, sobretudo, uma prática social que sobrevive diante de diversos contextos históricos, mesmo o conceito tendo surgido num contexto histórico específico quando as práticas desses chefes locais se perpetuavam. Não é possível dizer que até hoje temos coronéis, mas é possível afirmarmos que muitos dos nossos chefes locais estão repletos de características dos temidos coronéis. Sendo assim, esta problemática passa por diversas transformações, observando rupturas e continuidades nessa prática.

As teorias divergem sobre o conceito de coronelismo, mas é preciso entender o termo para além de um conceito inflexível. As características desses chefes conferidos pela Guarda Nacional se perpetuaram, se modificaram e chegaram até a contemporaneidade. Não devemos afirmar, anacronicamente, que possuímos coronéis. Mas os nossos chefes políticos possuem características políticas que muito se assemelham com o coronelismo.

## **1.2 As bases do coronelismo na sociedade brasileira**

Seguindo a compreensão exposta no tópico anterior, o coronelismo pode ser considerado um fenômeno político e social e também pode ser visto como uma forma de poder exercida por diversos chefes locais, em variados momentos da história do Brasil. De acordo com as épocas históricas que aqui serão abordadas, a forma de atuação dos referidos chefes políticos foi modificada. Porém, os objetivos permaneceram os mesmos, ao colocarem em funcionamento uma forma de organização

social que possibilitava o controle político-econômico patriarcal sobre uma população submissa e dependente. Silva e Bastos destacam:

O coronelismo, fenômeno social e político típico da República Velha, embora suas raízes se encontrem no Império, foi decorrente da montagem de modernas instituições - autonomia estadual, voto universal - sobre estruturas arcaicas, baseadas na grande propriedade rural e nos interesses particularistas (SILVA, BASTOS, 1988, p. 220-222).

O coronel pode ser apresentado como um elemento social derivado de uma elite econômica da região na qual está situado, possuindo inúmeros seguidores devido esse poderio ou por meio de apadrinhamentos, já que em determinados lugares era quase inexistente um cidadão que não fosse subordinado ao sobrenome e ao parentesco de algum coronel: “Do ponto de vista eleitoral, o ‘coronel’ controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora” (FAUSTO, 2009, p. 263). Como bem destaca Queiroz (1975), o lugar social do coronel era “ponto de referência” para indicar o lugar social de alguns indivíduos.

Para entendermos melhor o objetivo da problemática proposta, adentraremos agora em um cenário atípico da história do coronelismo brasileiro, tendo como objeto principal a análise da atuação política de Fideralina Augusto Lima, uma coronela de Lavras da Mangabeira, cidade do centro-sul cearense. Todavia, se faz necessário analisar os meios pelo quais o poder político chegou às mãos desses chefes locais que antecederam a referida coronela.

Estudiosos como Leal (2012), Rêgo (2008) e Queiroz (1975) destacam o crescimento do coronelismo como o resultado de uma força política local arraigada na quantidade de votos e no prestígio social que esses chefes adquiriam: “O coronelismo seria, portanto, uma consequência do aumento do papel político-eleitoral da grande propriedade” (RÊGO, 2008, p. 65). Mas é importante ressaltar que o coronelismo não foi um fenômeno que dominou de forma geral a República, uma vez que os coronéis também dependiam de outras instâncias do poder central para obter o controle de votos local:

Os “coronéis” forneciam votos aos chefes políticos do respectivo Estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores. Isso ocorria, sobretudo quando os benefícios

eram coletivos, quando se tratava, por exemplo, de consertar estradas ou instalar escolas (FAUSTO, 2009, p. 263-264).

O coronel era alguém que geralmente possuía um expressivo controle latifundiário e, conseqüentemente, da produção agrária. De acordo com seu destaque político, o coronel adquirira popularidade na sociedade, passando a ser visto como um legítimo representante dos anseios da classe menos abastada, fruto do destaque social expresso nas práticas clientelistas e de favorecimentos pessoais:

[...] O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral - o clientelismo - existente tanto no campo como nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público (FAUSTO, 2009, p. 263).

Conseguindo auxílio político de importantes figuras políticas de âmbito estadual, seu campo de atuação e influência sobre sua localidade tornava-se mais efetivo.

Se faz necessário entender como em diversos contextos os chefes locais tiveram influência na vida de uma determinada comunidade, afastando-se assim de uma abordagem que trate do assunto com uma linearidade cronológica que leve à limitação teleológica do início ao término dos fatos. E até que ponto o coronelismo possibilitou o desenvolvimento da sociedade política que temos atualmente.

O coronelismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país. Um exemplo extremo de poder dos “coronéis” se encontra em área do interior do Nordeste, em torno do Rio São Francisco, onde surgiram verdadeiras “nações de coronéis”, com suas forças militares próprias” (FAUSTO, 2009, p. 264).

A figura do coronel surgiu especificamente a partir da criação da Guarda Nacional (RÊGO, 2008). Ainda no Império, quando o Brasil vivia sob a política do sistema monárquico, essas lideranças locais eram responsáveis por organizarem de forma quase totalizante a estrutura administrativa do Império, muitas vezes exercendo diversos cargos institucionais dentro do governo. Ao analisarmos esse período, em escala regional e local, percebemos alianças políticas que se constituíam de interesses



econômicos, alianças que não se organizavam apenas enquanto uma conjuntura ideológica:

[...] durante o reinado dom Pedro II (1840-1889), os partidos políticos não passariam da cobertura sob a qual se escondia a força dos chefes locais; não existiam como partidos políticos reunidos em torno de um programa ou de um ideal, pois as ideias dos dois partidos, o Liberal e o Conservador, não se diferenciavam muito na sua essência (Idem, p. 66).

Anteriormente ao período da República Velha, ser coronel era apenas receber um título, uma patente. A Guarda Nacional é legitimada após o turbulento regime político temporário da regência, mostrando-se necessária para organizar a estrutura política e social do país

### **1.2.1 Coronelismo no Ceará**

O coronelismo em todo o território brasileiro teve seu ápice no governo de Campos Sales (1898-1902), quando ocorreu o intenso desenvolvimento das oligarquias através da Política dos Governadores. Essa ação visava diminuir as diferenças estaduais a partir da união federativa. Enquanto o governo central apoiava os grupos de cada localidade do país, os mesmos contribuía apoiando o presidente da República. Sendo assim: “A elite política dos grandes estados triunfou- tendo sempre São Paulo na dianteira com um papel de destaque. Porém, faltava criar instrumentos para que a República oligárquica, ou seja, a República de uns poucos, pudesse se assentar em um sistema político estável” (FAUSTO, 2009, p. 258). Os coronéis podiam ser compreendidos como a base de apoio aos governos estaduais que, conseqüentemente, apoiavam a conjuntura política a eles favorável dentro do governo federal: “Fortalecidos e prestigiados os coronéis em suas comunas, vicejaram nelas as oligarquias municipais, caracterizando-se, notadamente, pela prática da política de dominação” (MACÊDO, 1998, p. 15).

Percebe-se que os coronéis, enquanto representantes da base de sustentação eleitoral dos governos, necessitavam constantemente de um apoio militar que cobrisse sua retaguarda, já que sua atuação política poderia lhe render muitos inimigos pessoais em suas localidades. Essa incumbência era destinada aos “capangas ou jagunços”, que serviam de proteção aos referidos chefes locais, mas poderiam estar do lado oposto,

atacando-os: “Na verdade, o coronel organizava as forças de defesa e ataque” (MACÊDO, 1988, p. 15).

Nas diversas localidades do território brasileiro – e de uma forma particular no interior nordestino, onde a efetividade das leis eram facilmente burladas devido a um distanciamento maior dos órgãos institucionais republicanos – os coronéis possuíam uma destacada influência política para determinar seus interesses como lei. Eram interpretados assim como mediadores de conflitos, realizando ora um papel de juiz ora um papel de sacerdote, abençoando ou amaldiçoando, ditando as regras de “sua” sociedade:

A figura dos chefes já então configurada, iria ter novas competições com o aparecimento dos povoados e das vilas e a medição das interferências no domínio da vida coletiva das pequenas comunidades. E encontrar até uma espécie de hierarquia deformada na Guarda Nacional, criada com intuito bem diversos (MOTA, 1958 *apud* MACÊDO, 1998, p. 16).

Os coronéis cearenses foram personagens diversos, iam desde homens dedicados a sua família e que tinham um papel autenticamente patriarcal, dominando inúmeros territórios urbanos e rurais sob a imponente de seus grandiosos latifúndios, até aqueles que detinham um poderio econômico expressivo e possuíam assim muitos dependentes de seus favores.

Devido suas grandes extensões de terras e o controle da população votante, o coronel era detentor de uma influência política cobiçada, o que garantia apoio dos governos centrais aos chefes locais: “Entretanto, devemos lembrar que o voto não era obrigatório e o povo, em regra, encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores” (FAUSTO, 2009, p. 262). O poder econômico aliado ao apoio governamental possibilitava que pessoas sem nenhuma instrução educacional chegassem ao patamar do poder absoluto. Por possuírem este poder imponente em todas as esferas sociais, alguns coronéis também defendiam bandos de homens armados que viviam a assaltar e a guerrear no sertão nordestino – os cangaceiros: “Por conta, igualmente, da complacente política governamental, os domínios do coronel, absolutamente intocáveis, onde ele ditava as próprias leis, transformaram-se em abrigo seguro de cangaceiros” (MACÊDO, 1998, p. 18).

O coronelismo foi um fenômeno que se desenvolveu fortemente no Nordeste e mais especificamente no Ceará. A violência das constantes deposições são resultado da prevalência das velhas oligarquias:

Efetivamente, em nenhuma outra região da área nordestina, onde se desenrolaram tantos movimentos armados, como, por exemplo no vale do Gurguéia, Piauí, na Baixa Verde, Rio Grande do Norte, no vale do Piancó, Paraíba, e na zona do Pajeú, Pernambuco, o coronelismo se expressou mais pujante que no Cariri cearense (MACÊDO, 1988, p. 19).

Em toda região cearense, e mais especificamente no sul do Ceará, o que organizava a sociedade era a violência e a autoridade do coronel: “A partir daí, pelas primeiras décadas do século atual, mais do que nunca, do Cariri ao sul do Ceará, e como de resto por outras regiões, imperou a força do clássico bacamarte, coadjuvada pela afiada lâmina do punhal”. (MACÊDO, 1988, p. 20) A autoridade era medida pelo medo e pela ameaça que o mesmo impunha sobre a população.

Para se entender melhor a atuação desses chefes políticos é preciso citarmos exemplos de alguns que marcaram a política do Ceará. Iniciaremos com Fideralina Augusto Lima, uma das maiores figuras do meio coronelístico do centro-sul cearense, no final do século XIX e início do XX. Fideralina representou bem esse poderio local por meio de uma influência política com características de firmeza e autoridade ao ser, nesse aspecto, considerada uma matriarca pela população lavrense e cearense. Ficando viúva muito cedo, assumiu o lugar do comando que tinha seu marido e exerceu influência sobre uma extensa região do estado.

Tornou-se uma personagem de grande destaque por ser uma mulher que assumiu o poder e decidiu as principais formas de manter tudo sobre seu controle. Segundo a historiografia local, possuía muitos “cabras” ou jagunços sobre seu comando: “os cabras de Fideralina”. Além de exercer influência política, possuía uma grande extensão de terras e gozava de uma influência econômica singular na região.

### **1.2.2 Tensões políticas cearenses**

O território cearense foi palco de muitas disputas políticas pelo poder local, sendo que do período colonial, passando pela República Velha e chegando aos dias atuais, a atuação político-partidária foi sendo remontada constantemente. Um dos

períodos mais conturbados de toda história política cearense foi no advento do século XIX, momento em que os ideais de liberdade e os pensamentos relacionados à independência tomaram conta das populações, sobretudo em uma elite econômica com desejo incessante de mais participação política.

As ideias liberais se faziam presentes no ideário político de poderosas oligarquias cearenses, como no caso da família Alencar, radicada na cidade do Crato, que foi a pioneira no incentivo de revoltas locais, possibilitando uma abertura para o desenvolvimento de outras regiões agrárias nordestinas: “Por outro lado, grande agitação reinou na região, dos fins de 1831 ao decorrer de 1832, quando se desenrolava a guerra civil absolutista, chefiada por Joaquim Pinto Madeira e mentoreada pelo vigário de Jardim, cônego Antônio Manuel de Sousa” (MACÊDO, 1988, p. 22).

A violência foi uma marca deste período da história política do Ceará. Através da proteção de homens poderosos como coronéis, grupos armados e dispostos a “matar ou morrer” agiram em todo o território cearense.

Além de possuírem grande influência política, poder econômico e força militar em apoio ao governo estadual e federal, estes homens protegiam e eram protegidos por um bando de “cabras” que, por se situarem à margem da sociedade, submetiam-se a todas as ordenanças de seus superiores, dispostos a matar e morrer por seu sustento financeiro: “Providências energéticas, entretanto, raramente se adotaram, no sentido de coibir as desordens, as arbitrariedades e os crimes, que se sucediam [...]” (MACÊDO, 1988, p. 24).

Os chefes locais viviam em constante conflito e a violência se fazia presente em todo o território cearense. Um caso marcou a cidade de Lavras da Mangabeira:

No mesmo ano de 1856, em consequência de ferimentos recebidos, falecia o major João Carlos Augusto, chefe político prestigioso, ex-deputado provincial, patriarca da família Augusto de Lavras da Mangabeira, oligarca desse município sul-cearense e genitor da destemida e influente dona Fideralina Augusto Lima (MACÊDO, 1988 p. 26).

Qualquer atuação militar permitida pelas autoridades locais governistas era limitada diante da perversidade de coronéis vingativos. De acordo com Montenegro, (1973 *apud* MACÊDO, 1988, p. 27), a partir da região municipal de Lavras da Mangabeira e Missão Velha (também no Ceará), os jagunços agrupados em filetes armados viajavam em grupos e eram apoiados de forma majoritária por latifundiários de

extensas faixas territoriais. Muitos dos jagunços contratados tornavam-se conhecidos por seus feitos violentos: “A arma preferida dos facínoras era o bacamarte, sendo muito usado o boca de sino, de cano de bronze, reforçado e curto” (MACÊDO, 1988, p. 27). Possuíam costumeiramente o apoio das próprias autoridades governistas locais, sendo que estas eram geralmente suscetíveis ao suborno e sofriam ameaças a sua família por intermédio de uma palavra ordenada por um coronel. Até mesmo as autoridades religiosas se submetiam aos caprichos dos coronéis. Talvez pelos fatores acima citados, o coronelismo cravou raízes mais profundas no solo nordestino:

Período, porém, gravíssimo, no concernente a acontecimentos sinistros, adveio para o Cariri, como, de resto, para outras regiões, exatamente com a queda da Monarquia e o surgir da República, sobretudo a partir do governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (MACÊDO, 1988, p. 30).

No governo do presidente Campos Sales os partidos governistas se firmaram. A Política dos Governadores serviu de base de poder para as oligarquias. A partir da turbulência política que se afirmava por meio da ação desses destacados homens, o coronelismo se desenvolveu com uma força política imensurável.

### **1.2.3 Desenvolvimento das oligarquias cearenses**

Segundo Macêdo (1988), a partir do apogeu da República Velha, a oligarquia dos Acióli se desenvolveu de maneira contundente por longos anos, consolidando-se com a Política dos Governadores. Através desse grupo político consanguíneo, o coronelismo se alastrou por todo o estado do Ceará.

Um líder religioso que muito se destacou nessa região foi o Padre Cícero que, além de autoridade religiosa, se mostrava um influente articulador político. Envolvendo religiosidade e prestígio, o Padre Cícero obteve um número considerável de seguidores devido a sua afetividade pessoal e as alianças estabelecidas com determinadas oligarquias. Como o interior cearense estava distante dos olhos do governo estadual, cabia ao coronel decidir sobre a vida em geral nas pequenas comunidades:

A distância da Capital, numa época de grandes dificuldades no referente a meios de transporte e comunicação, atenuava sobremaneira a influência do poder estadual, de muito pouca significação no Cariri, como também emperrava o avanço da civilização na área (MACÊDO, 1988, p. 33).

Através de uma economia açucareira, obtiveram grande sucesso em seus empreendimentos e passaram a se destacar através das posses. Por meio de sua ação popular, o Padre Cícero se dedicou às intensas atividades partidárias no território em que atuava:

Transformou-se ele na maior liderança, inclusive eleitoral, de toda a hinterlândia cearense, e Juazeiro, no centro das decisões políticas da região, influenciando, peremptoriamente, nas do Estado, também por força da habilidade e ascendência do doutor Floro Bartolomeu da Costa, que, aliás, gostava muito dos homens do cangaço, chegando a usar, até, trajes típicos dos cangaceiros (MACÊDO, 1988, p. 35).

Os coronéis do sul cearense possuíam diversas peculiaridades. Normalmente tinham um contingente familiar numeroso, e os membros da família também se destinavam aos cargos públicos. Sua força econômica baseava-se principalmente no latifúndio e na atividade pecuarista. Por serem homens de muitos inimigos, andavam constantemente ao lado de seus jagunços. A fama dos coronéis espalhava-se principalmente pelo temor que lhes era imputado dentro da comunidade em que vivia e comandava: “Tudo isso fazia temidos os coronéis. E assim conseguiram eles implantar um regime de domínio absoluto, muitas vezes inabalável” (MACÊDO, 1988, p. 37).

Muitas das vezes possuíam uma religiosidade que lhes possibilitavam um considerável prestígio e imagem de homem íntegro aos olhos de populares e eclesiásticos, conferindo uma característica ainda maior de pessoa benevolente. A condição financeira desses homens possibilitava a doação de terrenos ou o financiamento de reformas para a paróquia ou diocese.

A coronela Fideralina Augusto Lima de Lavras da Mangabeira continha em sua personalidade algumas características singulares como, por exemplo, um viés espiritual muito forte demonstrando ao mesmo tempo ímpeto e profunda sacralização da vida, sendo visto ora como uma “santa”, devido a essa religiosidade, ora como uma “diaba”, agindo com a autoridade inquestionável de um coronel:

No Cariri, a autocracia, base da autoridade sócio-política dos coronéis, atingiu ‘todas as esferas do poder’. Agiam eles quais árbitros supremos sobre tudo e sobre todos. Indicavam nomes ao governo para o preenchimento dos cargos e exigiam demissão de juiz, promotor e delegado, sendo prontamente atendidos (MACÊDO, 1988, p. 38).

O coronelismo sustentava sua legitimidade através do controle dos votos da população. Diante do respeito imposto pelo temor da violência, a comunidade se via obrigada a depender dos grandes senhores. Necessitando de favores políticos, o povo não exercia livremente o direito ao voto. A prática do “cabresto”, na qual a pessoa votava no candidato que o coronel da localidade indicava, era prática comum. Os coronéis dessa região cearense possuíam suas características próprias, embora estivessem em sintonia com o resultado dos momentos políticos que o Brasil viveu.

Cada unidade federal do nosso país passou a ser comandada por um grupo oligárquico que possuía visibilidade diante do governo central, obtendo assim seu apoio e firmando alianças políticas. A família Acióli operava especificamente no estado do Ceará. Por muito tempo, o estado foi chefiado pelo conhecido Antônio Pinto Nogueira Acióli:

Natural do Icó, região centro-sul do Ceará, Antônio Pinto Nogueira Acióli veio à luz aos 11 de outubro de 1840. Bacharel pela Academia de Direito de Olinda em 1864, exerceu na província do seu berço os cargos de promotor e juiz municipal. [...] Ocupante de uma cadeira na Câmara dos Deputados Gerais a partir de 1880, já em 1884, Nogueira Acióli, na condição de vice-presidente do Ceará, era nomeado presidente da Província do Espírito Santo, cargo que, entretanto, declinou. Senador em julho de 1889, não tomou assento no Senado, em virtude do movimento revolucionário daquele ano, que derrubou a Monarquia. Com a deposição do presidente Clarindo de Queiroz, assumiu a presidência do Congresso Estadual, acumulando-a com a primeira vice-presidência do Ceará (MACÊDO, 1988, p. 42).

O comando de cargos públicos em todas as áreas da sociedade cearense foi, por muito tempo, organizado e distribuído pela oligarquia aciolina. A oposição, que quase não aparecia no cenário político, tornou-se insignificante diante das ações autoritárias dos Acióli. A partir do comando desses chefes locais, o coronelismo aflorou no território sul-cearense. O poderio político, econômico e social assemelhava-se a uma ditadura, firmado nas mãos de homens inescrupulosos. Senhores de muitas terras e de interesses próprios que se sobressaíam, conseguiram desenvolver uma base política que se tornou sólida com o apoio dos governos estaduais e da população que não ousava contestar os seus interesses. Apesar da proclamação da República em 1889 e de estarem em vigor os novos ideais de democracia e liberdade política, o que realmente prevalecia era o grande prestígio social dos fazendeiros: “De fato, continuaram eles à frente das

posições político-administrativas, fortalecidos por um governo oligárquico a ensejar-lhes a consolidação nos postos de mando” (MACÊDO, 1988, p. 45).

Mesmo após o governador Pinto Madeira ser deposto, as oligarquias do sul do Ceará continuaram imperando nos territórios locais, a exemplo de Lavras da Mangabeira: “Em perfeita consonância com a práxis vigente, oligarquizaram, no sul do Ceará, os coronéis [...] Honório Correia Lima e Gustavo Augusto Lima, em Lavras da Mangabeira [...]” (MACÊDO, 1988, p. 46). Nota-se que não somente as figuras masculinas dominaram as oligarquias locais, outras mulheres também se destacaram frente ao poderio local:

[...] dona Generosa Amélia da Cruz, substituta do marido, coronel Felinto da Cruz Neves, na administração municipal de Santana do Cariri. Dona Maria da Soledade Landim, vulgo Marica Macêdo ou Marica do Tipi, de Aurora, foi mentora da facção política, ali dominante e dominadora, no seu tempo, e uma autêntica mandona sertaneja. E muito mais que ela assomou a personalidade de dona Fideralina Augusto Lima, de Lavras da Mangabeira, cuja influência política se exerceu não só no seu município, mas, outrossim, na região e no Estado (MACÊDO, 1988, p. 47-48).

As diferenças dos interesses entre chefes de um mesmo município eram constantes e, para isso, contavam com a ajuda de “cabras” armados que estavam sempre sobre sua palavra de ordem:

Jamais o Cariri ouvira tão forte o estrondear do velho bacamarte, transformado em legítimo símbolo da civilização daqueles sertões escosos, no primeiro quartel do século 20, quando crimes os mais estúpidos se perpetraram contra a propriedade e a vida, permanecendo todos na mais torpe impunidade. Tudo isso, fruto de retrógrado sistema político, com base no latifúndio e na capangagem (MACÊDO, 1988, p. 48-49).

Como destaca Macêdo (1988), as deposições eram resultado das divergências de interesses entre os chefes locais e ocorriam através de intensas e violentas lutas. Apoiados pelos governos centrais, o governo estadual permanecia passivo diante dos acontecimentos, para que assim pudesse atender aos interesses dos seus chefes locais. As deposições eram casos curiosos e formaram o período mais violento da história do coronelismo no Ceará que, para Anselmo (1968 *apud* MACÊDO, 1988, p. 51), representou o processo de renovação dos quadros político-administrativos municipais.

Macêdo (1988) nos relata a primeira deposição em 1901, quando o coronel Antônio Joaquim de Santana, interessado no mandonismo em Missão Velha, retirou do



poder o coronel Antônio Róseo Jamaru: “Residindo no sítio Serra do Mato, ao sopé da serra do Araripe, não foi difícil para o coronel Santana arregimentar elementos do vizinho sertão pernambucano (núcleo de cabras e cangaceiros famosos) para juntá-los aos recrutados no Cariri mesmo, em ordem à investida” (MACÊDO, 1988, p. 52). A partir deste acontecimento, os demais coronéis da região passaram a se organizar de modo mais articulado para os reveses que pudessem lhes atingir. Os ânimos se exaltaram naquela região e muitos outros casos de deposições violentas ocorreram. As autoridades somente agiram em nome dos grandes chefes políticos, contribuindo para que o banditismo se espalhasse pelo interior cearense.

Um caso curioso de deposição que ocorreu em Lavras da Mangabeira foi o ataque ao coronel Gustavo Augusto Lima, no dia 07 de abril de 1910. Um dos maiores núcleos oligárquicos fora violado e Fideralina e seu filho foram afrontados:

A marcha sobre Lavras da Mangabeira foi dirigida pelo destemeroso Joaquim Vasques Landim, vulgo Quinco Vasques, de trinta e seis anos de idade, natural do sítio Santa Teresa, outrora engenho deste nome, município de Missão Velha, e residente, então, na serra de São Pedro, o qual, derrotado, debandou com seus cabras, sendo preso algo depois (MACÊDO, 1988, p. 115).

Os historiadores locais destacam que da Serra de São Pedro, hoje Caririáçu, partiram 150 homens, todos bem armados e dispostos a tirarem do poder o seu desafeto. Macêdo (1988) destaca que, ao chegarem ao sítio Outeiro, enviaram avisos ao coronel Gustavo que haviam cercado Lavras e às forças policiais que não atrapalhassem a investida porque não tinham nada com as autoridades militares, mas sim com o chefe político local:

Às oito horas, o grupo penetrou na cidade pela rua da Umarizeira, hoje rua Antônio Lôbo, seguindo desta, através do beco da Matriz e da rua dos Alpendres, agora rua Padre Alzir Sampaio, para a então rua Grande, conhecida, inclusive, por rua do Cortiço, atualmente Major Idelfonso. Percorrido o primeiro quarteirão, na casa da esquina, de residência do coronel Francisco Augusto Correia Lima, irmão, mas politicamente inimigo do coronel Gustavo, fizeram reduto, travando-se a batalha (MACÊDO, 1988, p. 117).

Nesse período, o poder político encontrava-se dividido em Lavras da Mangabeira. Fideralina, contando com o apoio de coronéis influentes na região, depôs o próprio filho, em 1910 o coronel Honório Correia Lima, por este não satisfazer seus

desejos políticos. Recaindo sobre Gustavo todo o ódio do parentesco e os desafetos políticos, como Quinco Vasques, insurgiu em grande batalha: “Conhecida a bravura de Quinco Vasques e sua inimizade com o coronel Gustavo, aliaram-se os desafetos deste àquele, que comandaria o ataque” (MACÊDO, 1988, p. 122).

#### **1.2.4 Acordos e divergências entre chefes locais**

Com a entrada definitiva de Padre Cícero Romão Batista na política e através de sua aliança com outros chefes locais como Floro Bartolomeu, conseguiu-se a autonomia administrativa de Juazeiro do Norte diante do Crato. No desenrolar dos acontecimentos e diante dos absurdos cometidos pela oligarquia dos Acióli realizou-se, em 1911, o “Pacto dos coronéis”, no dia da inauguração do Juazeiro. Esse pacto pretendia diminuir as violências políticas na região e estabelecer um acordo de paz e aliança entre as lideranças locais. A maioria da representação política da região esteve presente: “Precisamente naquela assembleia, os régulos sul-cearenses firmaram o famoso pacto dos coronéis, também identificado como pacto de paz ou de harmonia política, aliança ou conferência política e, ainda, conforme queria o Padre Cícero, artigos de fé política” (MACÊDO, 1988, p. 135).

A representação política de Lavras da Mangabeira se fez presente na pessoa de João Augusto de Lima, filho do coronel Gustavo Augusto Lima. Buscava-se nesse pacto estabelecer uma política de harmonia e reconciliação política. O que seria perseguido por regras que se estabeleceram em nove artigos lavrados em ata. Um dos mais destacados é: “Art. 2º.- Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese” (MACÊDO, 1988 p.137). O acordo é atribuído a diversos líderes, mas sabemos hoje que as metas se mostraram inatingíveis, pois o coronelismo se baseava no banditismo e na ação com o bacamarte. Os artigos impunham limites à atuação dos chefes locais, limitando também o poder da oligarquia mais expressiva, os Acióli:

O baque do velho comendador não poderia deixar de constituir um golpe dos mais esmagadores para os chefes políticos aciولينos do Ceará. Depois do dirigente maior, cairiam também eles. Mas, a partir daí, começariam os caciques sul-cearenses, com desmedido empenho, a preparar uma sublevação, no sentido de retornarem ao poder supremo dos seus redutos. E voltariam todos, com a vitória da rebelião de Juazeiro, de 1913 a 1914- uma sedição dos coronéis (MACÊDO, 1988, p. 142).

A oligarquia aciolina entrou em decadência. Porém, os poderosos mais aquinhoados do estado do Ceará não deixariam o poder assim tão fácil. Em um processo lento e gradual, através de golpe ou da violenta força do bacamarte, buscaram entrar na cena política novamente.

Em meados de 1914, ressurgiu mais fortemente no Cariri cearense as deposições dos governos que não satisfaziam os anseios dos chefes locais. O governo presidencial de Franco Rabelo não agradava muito aos coronéis, e isso possibilitou à aliança política de Padre Cícero e Floro Bartolomeu (comandante chefe das forças rebeldes) (MACÊDO, 1988, p. 159), que juntos organizariam um número considerável de cabras para empreitadas contra o governo central. Participaram desse momento de insurreições diversos coronéis da região. Dentro desse contexto de levantes contra o governo central, Lavras da Mangabeira estava presente e, conseqüentemente, Fideralina Augusto Lima também. A cidade foi representada pelo seu filho o coronel Gustavo Augusto Lima:

Registrava-se, destarte, não mais um costumeiro caso de expulsão de chefe local, com o apoio do comendador Nogueira Acióli, porém a deposição de um presidente do Estado, sob o bafejo da cúpula do governo federal. Era o triunfo apoteótico do banditismo político sul-cearense. Realmente, tudo podia o bacamarte dos coronéis do Cariri (MACÊDO, 1988, p. 162).

A participação do Padre Cícero e de Floro Bartolomeu no apoio à sedição foi crucial para a formação de alianças com outras esferas sociais, com os coronéis, com o governo da nação e com a população em geral. Todavia, essa luta armada foi resultado de uma complexa história política que permeou o estado do Ceará. Todos os levantes e lutas armadas são resultados de interesses ora particulares ora em nome do povo. E a política de ontem resulta na realidade da administração pública que vivenciamos na contemporaneidade.

Em meados de 1922 ocorreu o atentado ao coronel Gustavo Augusto Lima, chefe político local que representava a força de uma grande oligarquia cearense, e que era mais um desafeto do Dr. Floro Bartolomeu. O atentado foi derivado de divergências entre esse último e primos do coronel em Lavras da Mangabeira. “[...] A vingança não demoraria muito. E o escolhido para o esforço foi o coronel Gustavo Augusto Lima, chefe supremo de Lavras da Mangabeira” (MACÊDO, 1988, p. 200). Floro Bartolomeu, assim como o coronel Gustavo, era deputado. Passaram então a trocar difamações pelos jornais, chegando a culminar em desgraça as ofensas que dirigiam um ao outro. Como

representante do grande clã dos Augustos ficou seu filho, o coronel Raimundo Augusto, que espalhou fama política em toda a região.

Joaryvar Macêdo (1988) enxerga que 1930 representa o fim desse momento histórico da política brasileira. As lutas constantes em prol de limitar as ações dos cangaceiros que agiam protegidos pelos coronéis levaram à decadência as alianças de muitos dos chefes locais:

“Preconizava a Revolução de 30 “a moralização dos costumes político-administrativos, o restabelecimento das garantias constitucionais, a eliminação da injustiça social, do favoritismo, e de outros males que caracterizam governos oligárquicos” (ANSELMO 1970 *apud* MACÊDO, 1988, p. 261).

As revoltas que aconteciam no cenário nacional refletiam diretamente nos espaços interioranos. A partir de 1930 foram realizadas diversas incursões às localidades dos coronéis, tendo por objetivo principal acabarem com as bases de sustentação política dos mesmos. Através de um processo lento e gradual, os velhos coronéis deram seu lugar político a figuras que tinham sua base de dominação a partir dos bancos escolares:

No atinente ao retorno das velhas oligarquias ao poder, não se afigura bem exato afirmar que “especialmente depois de 1930, em vez de coronéis da Guarda Nacional, comerciantes e agricultores, começaram a dominar nos municípios meridionais do Ceará elementos das chamadas classes liberais, tais como bacharéis e médicos, os quais cada dia mais se impõe pelo estudo e pela cultura adquirida nos colégios e faculdades do país (MACÊDO, 1988, p. 265).

A partir da década de 1930 o coronelismo, na sua forma original, passou a decair devido as suas estruturas terem sido abaladas, uma vez que no lugar dos mandões coronéis assumiram figuras que tinham sua base de poder adquirida nos estudos. Essa nova faceta possibilitava uma compreensão estratégica da sociedade como um todo, resultando assim em um novo perfil dos representantes. Não estavam mais sustentados apenas na popularidade e na articulação política com o governo central:

É inegável que, nas décadas supervenientes ao primeiro quartel do fluente século, se vem assistindo a um declínio lento do coronelismo. De outro ângulo, também se há presenciado um empenho considerável no sentido da sua sobrevivência e afirmação, à viva força, da parte mesmo dos coronéis modernos ou civilizados, como hoje se diz, saídos não poucos dentre eles dos centros de formação superior, quer

civil quer militar. Por isso, não se equivocam quantos afirmam não ter sido extinto o fenômeno, mas apenas modificado (MACÊDO, 1988, p. 266).

Algumas ações dos chefes políticos foram modificadas de acordo com os pensamentos políticos da época, mas é preciso destacar que o fenômeno do coronelismo pode ter tido seu fim em termos precisos. De qualquer forma, as ações que eram cometidas arbitrariamente na política coronelística continuaram sendo realizadas de uma forma ainda mais forte. As acirradas lutas políticas fizeram surgir outras figuras que substituíram muito bem os velhos coronéis. Os cangaceiros, que até então atormentavam as populações, deram lugar a outros personagens que trabalham a mando dos chefes locais: os pistoleiros. E acirradas lutas são travadas: “[...] Vícios e males arraigados da República Velha, herdou-os a República Nova. Uns continuaram pelos tempos em fora. Outros metamorfosearam-se” (MACÊDO, 1988, p. 269). Muda-se a época, mas as ações políticas encontram formas de se perpetuarem no tempo. O passado constantemente se fazendo presente.

Este trabalho pretende abordar nos próximos capítulos o coronelismo desenvolvido no centro-sul cearense, através da figura de uma expressiva coronela do nordeste brasileiro: Fideralina Augusto Lima. Abordaremos sua importância política, seus feitos e analisaremos ainda as memórias que se perpetuaram no município de Lavras da Mangabeira, lugar de seu nascimento e de atuação mais efetiva enquanto figura pública, numa época em que as mesmas não tinham acesso aos lugares sociais – normalmente restritos ao público masculino.

## CAPÍTULO II

### FIDERALINA AUGUSTO LIMA: A CORONELA DO CENTRO-SUL CEARENSE

Como vimos no capítulo anterior, o coronelismo é resultado de um momento histórico específico, quando os títulos da Guarda Nacional foram designados a diversos setores da sociedade brasileira, sendo transformado em mecanismo político-eleitoral pela Política dos Governadores. Apesar de não podermos falar em coronéis para todos os contextos da história de nosso país, podemos encontrar personagens que possuem características semelhantes. Uma classe que se destaca nessa analogia são os latifundiários do interior nordestino, que estão na base da formulação conceitual elaborada por Vitor Nunes Leal:

[...] concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 2012, p. 43).

Uma das formas que estabelecia a continuidade da influência política de incontáveis chefes locais era a famosa aliança familiar por meio do matrimônio. Casamentos conferiam aos representantes desse “acordo” uma comodidade e certo grau de segurança aos entes familiares, estreitando laços que lhes possibilitavam perpetuarem-se por longos períodos no poder. Em Lavras da Mangabeira a família Augusto, a base genealógica de Fideralina Augusto Lima, utilizava-se de tais alianças para que a permanência no poder fosse assegurada: “Isso comprova a importância dos casamentos no estabelecimento de alianças entre famílias, agregando gente à oligarquia em formação, base do coronelismo em Lavras da Mangabeira, com fortes divergências internas e turbulência externa” (PAIVA, 2008, p. 43).

Neste capítulo, procuraremos mostrar um pouco da história do município de Lavras da Mangabeira através da abordagem da personagem que é a matriarca da família Augusto e que representou, durante o período que vai de 1856 a 1919, uma

destacada influência política, social e econômica na sociedade lavrense, contribuindo para a formação de uma identidade e formação cultural lavrense. Como nos informa Paiva (2008, p. 61): “Até a morte, em 19 de janeiro de 1919, comandou e consolidou o seu grupo político em Lavras da Mangabeira, ampliando a área de atuação por toda a região do Cariri, chegando a ter forte influência na política do estado do Ceará”.

Estuda-se, por conseguinte, a presença do coronelismo na região do Cariri cearense por meio de uma representação peculiar: Fideralina Augusto Lima, coronela que participou amplamente do cenário político cearense, como fica nítido na afirmação do historiador Dimas Macêdo (2011, p. 47): “Uma dessas figuras mitológicas é Fideralina Augusto, a maior e mais ilustre de todas as suas personalidades, expressão central de sua vida social e política [...]”.

A população lavrense é calculada em 31.383 mil habitantes.<sup>2</sup> Coexiste no interior dessa cidade a bacia hidrográfica do Rio Salgado, que possibilita ao município um solo fértil e produtivo para as atividades da agricultura de subsistência familiar, tais como: arroz, milho e frutas diversas. Faz parte da chamada mesorregião do centro-sul cearense, possuindo a sede administrativa e distritos municipais como Amaniutuba, Mangabeira, Iborepi, Arrojado e Quitaiús, criados oficialmente no ano de 1933.

Segundo historiadores locais como Macêdo (2011), Gonçalves (2004), Paiva (2008) e Macêdo (1990), a cidade de Lavras da Mangabeira recebeu diversos nomes devido a exploração das minas auríferas que faziam parte da atividade econômica colonizadora naquela região centro-sul, bem como por serem comuns e abundantes as lavras de metais preciosos na fazenda Mangabeira, território do pároco Antônio Gonçalves Sobreira, propagador da espiritualidade que deu origem ao padroado de São Vicente Férrer, cuja fé no santo se espalhou e deu origem ao povoado:

A partir de 1827, passou a Vila das Lavras. Foi instalada a oito de janeiro de 1818 e elevada à categoria de cidade, por Lei nº 2.075, de 20 de agosto de 1884, quando era presidente da Província do Ceará Carlos Honório Benedito Otoni (GONÇALVES, 2004, p. 59).

Com o desenvolvimento econômico da atividade pecuarista, no final do século XVII, o povoado atingiu seu ponto de encontro às margens da bacia hidrográfica do rio Salgado. Ali se estabeleceram diversos núcleos habitacionais por necessidades específicas das famílias. Através da prosperidade da atividade pecuarista, alguns

---

<sup>2</sup> Censo demográfico de 2015 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

moradores se fixaram e aprenderam a conviver com o “descobrimento” dos terrenos auríferos, implicando novas formas de convivência cotidiana, ainda mais levando-se em consideração que a cobiça dos desbravadores em busca do metal precioso despertava nesses moradores um constante temor pessoal. Todos os episódios citados aconteceram em torno da fazenda Mangabeira. A causa do crescimento do povoado pode ser destacada tendo em vista que:

O episódio da descoberta do ouro é possível que se tenha verificado ainda nas primeiras décadas do século XVIII, mas já em 1758 a garimpagem que por ali se levava a efeito teve suspensa a sua autorização, o que de certa forma deve ter contribuído para retomada do desenvolvimento agropastoril e para a aceleração do crescimento urbano do primitivo burgo (MACÊDO, 2011, p. 40).

A partir do fim da atividade extrativista do ouro, por ter se tornado uma tarefa que acarretava grandes despesas à coroa, surgiram outras variações econômicas que possibilitaram maneiras de estabelecimento e expansão do povoado: “O fim da atividade mineradora, é correto afirmar, coincide com o início da nucleação sócio religiosa, que vai estruturando-se com a instituição dos patrimônios destinados à construção das primeiras capelas [...]” (MACÊDO, 2011, p. 40). Nas pesquisas existentes sobre o advento de Lavras da Mangabeira, a origem da cidade é remetida a lugares religiosos, principalmente por não ser uma cidade planejada que tenha surgido do desenvolvimento de atividades econômicas e que a população cresceu gradualmente. Em 1767, como já destaca o historiador lavrense Dimas Macêdo (2011), a capela de São Caetano encontrava-se em pleno funcionamento no pequeno povoamento, propiciando assim o desenvolvimento administrativo do mesmo:

As lutas travaram-se e tudo só começou a ser organizado quando o governador de Pernambuco, responsável pela jurisdição do Ceará, nomeou Luiz Quaresma Dourado para capitanear os locais de mineração e o Sargento-Mor Jerônimo Mendes da Paz para a cobrança do quinto e manutenção da ordem, visto haver inquietações nas cercanias das Minas. Esse episódio data de meados do século dezoito, mas já em 1712 o governador daquela Capitania se interessava junto à administração do Ceará em explorar as abundantes minas” (MACÊDO, 2011, p. 50).



Em 1758, a exploração das minas do Cariri foi suspensa. Essas minas localizavam-se e eram exploradas na fazenda Mangabeira, no território que hoje faz parte da jurisdição político-administrativa do município de Lavras da Mangabeira:

Para que possamos avaliar a repercussão que as minas da Mangabeira tiveram no período, basta lembrar que em 1756 o então Governador de Pernambuco, Luiz José Correia de Sá, organizou a Companhia das Minas de São José dos Cariris para explorar o ouro da região (MACÊDO, 2011, p. 50-51).

Nesse contexto, observamos que o panorama social facilitava a ascensão de lideranças locais que dominavam outros tipos de atividades econômicas, desde a pecuária passando pela agricultura de subsistência, possuindo plenos poderes sobre suas localidades registradas através do sistema de sesmarias. De acordo com Macêdo (2011), as atividades patriarcais rurais também estavam em alta no período de 1816 até meados de 1858 com a criação da marca de ferro de sua freguesia. Aos poucos o povoamento de São Vicente Ferrer foi sendo organizado administrativamente, economicamente e politicamente pelas mãos desses homens com poderes aquisitivos superiores aos demais: “A época seguinte, talvez a mais próspera da história de Lavras, caracteriza-se pelo apogeu da economia, sustentada pelo patriarcalismo rural” (MACÊDO, 2011, p. 51).

Por ser localizada às margens do rio Salgado seu solo é fértil e proveitoso, tanto para a criação de gado como para a própria agricultura de subsistência. É preciso conhecer sua hidrografia, seu solo, fauna e flora, seus aspectos naturais, para assim entendermos a formação da sociedade agrária que gerou o enriquecimento de diversas famílias locais – base da influente política coronelística local. O desenvolvimento sócio-político de Lavras teve seu ápice quando homens de grande renome político e senhores de vastos territórios passaram a investir na educação de seus filhos, dando-lhes as oportunidades necessárias de assentarem-se nos bancos das mais renomadas casas de ensino. Para Macêdo (2011),

Após a independência do Brasil, o poder municipal teria ultrapassado o quadro das pequenas vilas, por meio dos intelectuais, dos filhos, dos sobrinhos, dos afilhados e genros dos senhores rurais, que viviam nas cidades grandes (RÊGO, 2014, p. 75).

A medida que iam tendo contato com novas formas de pensar e, por conseguinte, adquiriam novas maneiras de enxergarem a sociedade, esses jovens conquistaram destaque político no Ceará. “[...] caso de Raimundo Ferreira de Araújo Lima, que foi conselheiro imperial, deputado geral e Ministro da Guerra [...]” (MACÊDO, 2011, p. 52). Poderíamos destacar ainda “[...] homens que influenciaram diretamente nos altos escalões da administração estadual, quais os exemplos de Ildefonso Correia Lima, deputado geral e provincial e vice-governador do Ceará [...]” (MACÊDO, 2011, p. 52). É dentro desse contexto que surge o clã dos Augustos, cuja família ganhou projeção através de sua matriarca Fideralina Augusto Lima.

Como é de pouco conhecimento da população lavrense, nessa mesma época, havia um grande ganho social para a comunidade: uma lei provincial por número de 1.541, em 23 de agosto de 1873, que criou a Comarca de Lavras da Mangabeira, conferindo à cidade uma instituição jurídica que representasse e estivesse a disposição do governo local e da população. O momento histórico em que o município foi elevado à categoria de cidade foi muito conturbado no estado do Ceará, assim como em toda região nordestina. A família “Augusto” ganhava destaque diante das instâncias sociais, como é possível perceber a seguir.

## 2.1 O clã dos Augustos

Fideralina Augusto Lima nasceu em uma época em que a mulher não possuía espaço para uma participação social mais efetiva na vida socioeconômica ou política. Nasceu em 24 de agosto de 1832, tendo sua filiação a Isabel Rita de São José e do Major João Carlos Augusto, Deputado da Assembleia Provincial cearense. Há uma história curiosa de que a avó de Fideralina, Ana Rosa de Oliveira Banhos, cometeu adultério<sup>3</sup> com o Marquês de Aracaty (governador de capitania e participante do exército brasileiro) que, posteriormente, viria se tornar padrinho do seu filho. Esse fato teria provocado a exclusão do sobrenome Banhos (de Francisco de Oliveira Banhos) no registro de João Carlos Augusto, tornando esse casal a base da genealogia da família Augusto. Por crescer diante de decisões políticas tomadas por seus pais e parentes, Fideralina cristalizou em si uma personalidade forte e adquiriu espírito de liderança. A participação de Fideralina na vida pública aconteceu do final do século XIX ao início do

---

<sup>3</sup> Sobre o suposto adultério de Ana Rosa de Oliveira Banhos, ver: PAIVA, Melquíades Pinto. **Uma Matriarcado Sertão: Fideralina Augusto Lima**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2008.

século XX: “[...] ficou viúva em 27 de dezembro de 1876, com menos de 45 anos de idade; dos 11 filhos sobreviventes, 8 ainda eram menores” (PAIVA, 2008, p. 61).

A problemática principal que surge por meio do estudo da biografia dessa figura histórica, se dá na formação de memórias urbanas sobre seus feitos. Por muitos é exaltada e lembrada de forma saudosa, por outros é julgada e tida como uma coronela que mandava e desmandava no território lavrense e sua região.

Por ser uma mulher que possuía grandes posses territoriais sob seus domínios e que tinha decisões firmes, surgiram muitas lendas e mitos em torno de sua figura, sobretudo relacionadas ao período em que viveu no sítio Tatu. Dimas Macêdo (2012) destaca em seu livro “Lavrenses Ilustres” que Rachel de Queiroz teria escrito o clássico *Memorial de Maria Moura* inspirado na vida de Fideralina, pois nas palavras da escritora:

Das Margens do São Francisco aos seringais do Amazonas a palavra de D. Fideralina era lei. Sendo de corpo uma fraca mulher como nós todas, tinha, entretanto, uma alma de varão, e como varão era não apenas reconhecida, mas temida (QUEIROZ, 1990 *apud* MACÊDO, 2012, p. 33).

A renomada autora cearense Rachel de Queiroz escreveu o livro *Memorial de Maria Moura* inspirada em mulheres do Nordeste que se destacaram por assumirem diante da sociedade uma posição de comando e não somente de submissão ao lar. Aproveitando-se de fatos históricos acontecidos e usando a imaginação, criou uma belíssima trama que nos enriqueceu de história e literatura. Em um artigo que escreveu juntamente com Heloisa Buarque de Holanda (1990) destaca:

Procuramos então suspender qualquer juízo de valor sobre a justeza da ideia que se faz sobre a “mulher brasileira” e pensar qual seria a versão nacional correspondente à mulher europeia da era vitoriana. Foi neste ponto que vieram à tona, de forma quase inesperada, os feitos e as figuras de personagens como D. Fideralina de Lavras, D. Bárbara de Alencar ou a mais obscura Marica Macedo até hoje lembradas e recriadas nas histórias da região do Cariri (QUEIROZ; HOLLANDA, 1990).

A relevância deste trabalho é reafirmada através da pretensão de desmitificar antigos conceitos historiográficos sobre as configurações do poder político no Brasil, que estavam ligados apenas aos interesses patriarcais (masculinos) em todos os campos de estudos históricos sobre o período imperial e parte do período republicano da história

brasileira. Desse modo, a personagem de Fideralina Augusto Lima estabelece uma nova visão para a história política e de gênero em nossa nação, visto que a mesma exerceu pleno controle político e econômico no município de Lavras da Mangabeira e em grande parte da região do Cariri cearense. Fideralina foi, inequivocamente, uma manifestação atípica e específica da participação da mulher no poder político de uma localidade.

As mulheres do final do século XIX e início do século XX não possuíam possibilidades de atuação política. A única maneira de conseguirem valorização e algum prestígio social era através do matrimônio, que era um viés de acesso a liberdades, mesmo que restritas. Como destacou Perrot (2005, p. 9), “no teatro da memória as mulheres são uma leve sombra”. A mulher tornava-se, ao desposar, um mero joguete entre interesses familiares na formação de alianças político-econômicas ou, doutro modo, um símbolo de *status* para seus maridos.

Fideralina assumiu o lugar político que era destinado ao homem. Talvez por isso ganhou destaque no cenário político da época e suas memórias tenham se perpetuado: “Dona Fideralina viveu consoante ao regime político sustentado em relações clientelistas que surgiram e prosperaram” (PINHO, 2003, p. 73). Após a morte de seu esposo, em 27 de dezembro de 1876, continuou as atividades político-administrativas, criando seus filhos e se dedicando a eles através de uma educação rígida e pautada na vida política. Viveu boa parte de sua vida no sítio Tatu, cercada de gente simples, mas sabendo muito bem lidar com as refinadas figuras da cena pública. Além de possuir leais serviçais, também contava com diversos cabras armados que faziam sua segurança. Os versos do poeta José Pinto de Sá Barreto apontam o imaginário regional sobre Fideralina:

O Belém manda no Crato  
Padre Cícero em Juazeiro  
Em Missão Velha Antônio Rosa  
Barbalha é Neco Ribeiro  
Das Lavras Fideralina  
Quer mandar no mundo inteiro.  
Barreto (*apud* PINHO, 2003, p. 73)

Fideralina fixou residência no sítio Tatu, onde encontramos o seu casarão repleto de símbolos de mandonismo e das relações sociais que representavam os regimes de servidão da época oitocentista. Na referida localidade é possível analisar elementos que

produziram características do coronelismo lavrense e as relações escravocratas estabelecidas na vivência de Fideralina. A identidade da política lavrense está presente na casa grande de alpendre, onde a referida senhora tomava importantes decisões em relação ao destino de sua cidade, seja na capela onde se desenvolvia a religiosidade, no açude que representava a prosperidade, ou no engenho que era símbolo das atividades econômicas, transportando para o lavrense uma memória a ser preservada.



**Figura 2-** Casa do Sítio Tatu (Residência de Fideralina). Imagem do arquivo pessoal Cristina Couto.

Não se pretende afirmar aqui se Fideralina foi uma pessoa boa ou má enquanto regente das decisões político-administrativas do município de Lavras da Mangabeira, mas sim analisarmos sua atuação e impactos que levaram a cidade de Lavras a ser o que é hoje enquanto unidade municipal. Ainda utilizando a poesia popular para expor o imaginário e a memória locais:

P'ra ser cabra do Tatu  
precisa trazer a sina  
de manejar o bacamarte  
da Velha Fideralina  
(MACEDO, 2012, p. 50).

Segundo PINHO (2003, p. 75), possuía também um casarão na sede da cidade onde, de acordo com os depoimentos tomados, ela passava pouco tempo. Era um local

onde também exercia outro lado matriarcal, cuidando dos afazeres lúdicos como, por exemplo, fazer crochê. Sentada em uma cadeira de balanço, exercia sua influência administrativa desde o seu lar até os mais altos escalões do município. Seu deslocamento da zona rural à cidade se dava montada a cavalo e sempre munida do bacamarte, símbolo da sua coragem e audácia diante do seu lugar de mulher.

Revisar a literatura sobre a temática em estudo nos oferece um panorama de visões memorialísticas de como este tema vem sendo tratado ao longo dos anos, e nos permite ainda enxergar a importância que é dada à temática abordada. Além de se tratar de um tema curioso ou instigante, o assunto ainda é bastante contemporâneo à nossa realidade, levando-se em consideração a prevalência de outras práticas de coronelismo na atualidade.

## **2.2 Coronelismo no centro-sul e Cariri cearenses**

Segundo Dimas Macêdo, durante um período de aproximadamente 41 anos (1889 a 1930) Lavras da Mangabeira viveu momentos muito turbulentos em sua história. Nesse contexto, a oligarquia dos Augustos dominava toda a região chamada pelo autor de Médio Salgado, comparando-os inclusive aos “*Augustos*” do Império romano que conquistaram vasta região do Mediterrâneo. Fideralina substituiu seu pai na política:

Dona Fideralina começa a ditar as regras do jogo. Investe-se com todas as prerrogativas no poder local e começa a intervir também na órbita estadual. Num curto espaço de tempo, por exemplo, elege três filhos deputados, joga com a posição da Intendência e faz-se senhora absoluta de toda uma vasta região (MACÊDO, 2011, p. 53).

O comando da matriarca do sertão ultrapassou os limites territoriais de Lavras da Mangabeira, adentrando na região do Cariri cearense, no estado e até no cenário nacional. Um dos episódios verídicos e marcantes que ultrapassaram os limites geográficos do lugar de sua vivência é a morte do seu neto, o médico Ildefonso Lacerda Leite. O mesmo residia na cidade de Princesa, no vizinho estado da Paraíba, onde havia estabelecido laços matrimoniais com Dulce Campos, causando assim uma ferrenha

intriga com Manoel Florentino (parente da moça), mesmo que o coronel Erasmo Campos, pai de Dulce, tenha consentido o casamento:

O Dr. Ildefonso Leite era também farmacêutico e possuía também uma farmácia. Na mesma rua morava o criminoso e para ir à sua farmácia, que distava um pouco da sua residência, o Dr. Ildefonso Leite tinha que passar, obrigatoriamente pela frente da casa do famigerado Manoel Florentino, cuja perversidade horrorizou a vida toda (LIMA, 2015, p. 15).

Após o episódio fatídico, Fideralina teria sido avisada logo após ocorrido, induzindo-a a agir pelas próprias forças através dos seus cabras, bem armados e munidos, em busca de vingança:

D. Fideralina, avó do Dr. Ildefonso Leite, em Lavras teve notícia do horrendo crime e da morte horrível sofrida pelo seu neto. Preparou 100 homens armados, que, sob o comando de Zuza Lacerda, foram vingar a morte do seu neto. Em Princesa grassava uma febre de mau caráter. Voltaram os 100 homens ao Engenho Tatú, de D. Fideralina, que contaram: “Não os deixaríamos vivos, mas a febre já os matou [...]” (LIMA, 2015, p. 16).

Com o desenrolar do contexto político, o poderio local foi repartido entre os diversos componentes da família, sendo que os filhos de Fideralina ficariam com os lugares de destaque. Os desentendimentos entre os irmãos aconteciam diante da troca de balas dos bacamartes comandados pela matriarca:

Por força de grave tiroteio, a 26 de novembro de 1907, o Coronel Gustavo Augusto Lima derruba do poder o seu irmão Tenente-Coronel Honório Correia Lima; em 7 de abril de 1910, a cidade é invadida pelas tropas de Joaquim Vasques Landim, com o apoio dos maiores coronéis do Cariri, para que o poder de Lavras seja tirado das mãos do Coronel Gustavo (MACÊDO, 2011, p.53).

Um dos momentos mais interessantes de sua história foi quando ficou dividida entre os dois filhos, que se destacavam poderosamente diante da política local e

estadual. Ocorreu no dia 26 de novembro de 1907, quando Fideralina e seu Filho, o coronel Gustavo Augusto Lima, se uniram para tirar do poder da intendência local, através da luta armada, seu outro filho, o também coronel Honório Correia Lima. Tanto um como outro almejavam o lugar de intendente. Honório já tinha sido deputado estadual por três vezes consecutivas e havia substituído através da força da mãe o intendente de Lavras da Mangabeira, Manuel José de Barros. Mas, divergindo dos ideais e interesses da sua genitora, comprou briga com a mesma causando assim grandes transtornos no seio familiar: “Disso se aproveitou o coronel Gustavo, aumentando a pressão sobre a matriarca, no sentido da deposição do irmão mais velho” (PAIVA, 2008, p. 83).

O filho chamado “torto” tinha este apelido por ter problemas na visão, possivelmente um desvio no olho (PAIVA, 2008). Diante de duras pressões, Honório se rendeu e saiu com sua família para São Pedro, onde hoje é a cidade de Caririaçu, vindo a se mudar depois para Fortaleza, onde permaneceu até o fim dos seus dias. Através dessa deposição a família Augusto se dividiu de forma ferrenha. Fideralina ficou bem mais dedicada à vida no sítio Tatu, permitindo desta forma que o coronel Gustavo Augusto Lima assumisse o poder em sua plenitude.

A ascensão do coronel Gustavo ao poder causou diversas cobiças no cenário estadual, e muitas foram as tentativas empreendidas através da luta armada com o intuito de retirá-lo do poder. A deposição ocorreu no dia 7 de abril de 1910, quando a cidade foi cercada por 150 cabras bem armados e preparados para o combate. Estavam sob o comando de Joaquim Vasques Landim (Quinco Vasques):

Belim Fernandes reuniu um grupo de cangaceiros, sob o comando de Quinco Vasques e atacaram a cidade de Lavras de Mangabeiras. Meu pai, o deputado Gustavo Lima, que era prefeito da cidade e a quem eles visavam, avisado uma hora antes do ataque, por um seu amigo, preparou-se para a luta, que durou das 7 horas da manhã às 6 horas da noite, só tendo havido um morto do lado do prefeito [...] (LIMA, 2015, p. 16).

No que se refere especificamente a esse episódio, a luta armada mostrou-se desnecessária e gerou uma forte oposição até mesmo por parte dos membros da família



Augusto quanto ao uso inconveniente da luta armada. Longe de evitar novos levantes na tentativa de depor coronéis, as discordâncias surgidas no seio familiar dos Augusto sinalizaram para novos e desastrosos combates:

Em 9 de janeiro de 1922, em acirrada luta política, no centro urbano da cidade, morrem três importantes políticos. E não é preciso esperar muito para que a vingança tire de circulação o Coronel Gustavo, alvejado em plena Praça do Ferreira, no coração central de Fortaleza, exercendo ele, no momento, o cargo de deputado estadual (MACÊDO, 2011, p. 53).

Podemos destacar, de forma indireta, a participação de Fideralina na Sedição de Juazeiro - revolução contra as ações que iam de encontro aos ideais dos coronéis por parte do Presidente do Estado. Logo após a derrubada dos Accioly, assumiu o lugar com uma política contra o banditismo nordestino e as ações coronelísticas (Gonçalves, 2004). Forneceu muitos dos seus cabras armados através de muita munição e coragem.

Mesmo nesse conturbado período político e social da história de Lavras da Mangabeira, diante de oposições e desavenças políticas como também em busca de melhorias, muitas famílias começaram a abandonar a cidade – mesmo com todo o atrativo político que o histórico da família Augusto despertava. O tradicional deu lugar ao aparente modernismo: “E o espaço urbano foi ocupado por estranhos, que procuram vantagens nos empreendimentos financeiros que a cada dia ganham corpo na urbe” (MACÊDO, 2011, p. 53).

Zito Lôbo, poeta e pai do historiador lavrense Dimas Macêdo (1990), representa bem esse momento histórico em seus versos:

Sei que Lavras já tem dado  
Muitos filhos de valor  
Deu deputado e ministro  
Padre e desembargador  
Médicos e advogados  
Engenheiros afamados  
E por último deu senador.

Mas todos estes formados  
Depois que colaram grau  
Abandonaram a cidade  
Que foi seu torrão natal  
Nada fizeram por ela  
E vivendo distante dela

Lhe causaram imenso mau  
(MACÊDO, 2011, p. 7).

Diante da fragilidade que vivia a política em 1912, após a deposição da oligarquia dos Accioly, Fideralina recolheu-se pela já tenra idade aos afazeres do sítio. Como relata Melquíades Pinto Paiva, nos anos finais de sua vida Fideralina se tornou mais tolerante e passiva. Fideralina morreu em 26 de janeiro de 1919, mas isso não fez cessar o poder dos Augustos, que se estendeu por longas datas. As situações políticas foram se modificando e, assim, surgindo novos ideais. Era preciso continuar com a participação na vida pública. Mesmo em meio a diversas rupturas ao longo do tempo, o clã dos Augustos conseguiu manter sua participação na política lavrense desde aquele período até os dias atuais, tendo como governante do município hoje um trineto da coronela Fideralina.

### 2.3 Fideralina e sua atuação política

Fideralina Augusto Lima, através da formação de sua família, conseguiu destaque diante de coronéis do centro-sul cearense e do estado do Ceará, possibilitando a construção de memórias sobre a sua vida, que se perpetuam através da oralidade. Percebemos que não só a coronela Fideralina, mas também outras mulheres, a exemplo de Marica Macêdo<sup>4</sup> e Bárbara de Alencar<sup>5</sup>, conseguiram ocupar espaços numa sociedade arcaica e essencialmente patriarcal, refletindo assim um valor inestimável na história brasileira, já que a desmistificação de antigos conceitos de autoridade exclusivos unicamente ao “masculino” perdia agora a sua exatidão generalizante, dando lugar agora a anuência do feminino.

Existem exemplos de matriarcas do sertão nordestino que possuíam total controle em seus territórios no que concernia à economia pecuarista e na autoridade

---

<sup>4</sup> COUTO, Cristina Maria de Almeida; OLIVEIRA, Almir Leal. A luta contra o social e o sobrenatural na vida das matriarcas do vale do Salgado: Do bacamarte ao terço. **Anais do 14º Congresso de História da Educação no Ceará**. 01-04/12, 2015. Crato-CE.

<sup>5</sup> Sobre Bárbara de Alencar, ver: MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**. Fortaleza: 3ª Ed. UFC, 1998.

político-administrativa: “Levavam uma vida rústica relativamente distante dos padrões culturais europeus que, na época, moldavam as sociedades do litoral nordestino. No sertão, exerciam grande poder de liderança, tendo controle total de seus feudos regionais” (QUEIROZ; HOLANDA, 1990, p. 10). Como destaca Rachel de Queiroz (1990), a partir de estudos de Joaquim Falcão, o poder dessas mulheres estava baseado não somente na economia, na política ou no lugar social que elas ocupavam, mas resultava-se do “patamar familiar” em que se encontravam. Ou seja, a partir do comando e da posição de liderança que lhe davam sustentação em suas residências, elas conseguiram influenciar todos os aspectos de uma sociedade no que se refere a valores morais, religiosos, políticos, culturais e econômicos.

Ao alcançar um lugar de destaque na sociedade, essas mulheres tiveram seus feitos propagados durante décadas através da tradição oral e escrita. Atualmente, como é o caso de Fideralina, considera-se patrimônio da própria cultura local. Na memória local muitas de suas características pessoais são consideradas ações inusitadas. Por exemplo, como seria vista na sociedade nordestina oitocentista uma mulher que dava a volta na cidade montada em um cavalo? Devemos salientar a robustez corporal de Fideralina, tráfegando às ruas sempre a companhia de um bacamarte (GONÇALVES, 2004). Uma das narrativas mais conhecidas sobre Fideralina é sobre a pretensa domesticação de uma cobra de cor preta que, à noite, vivia solta dentro da casa dela no sítio Tatu: “Reza a lenda de que nem seus filhos podiam levantar-se a noite com medo do réptil” (PAIVA, 2008, p. 89).

Percebemos que, pela coragem de suas ações intrépidas e por ter assumido as funções patriarcais num contexto político adverso, sua história desperta tanta curiosidade e respeito ao mesmo tempo. No caso de Fideralina, por morte de seu pai e também de seu marido: “Quando mais modernas, lembram um “coronel de saias”, como é comum serem chamadas” (QUEIROZ; HOLANDA, 1990, p. 11).

Ao assumirem o poder político num período em que este era um espaço reservado tradicionalmente aos coronéis, essas aguerridas mulheres revelaram ter ciências das obrigações e responsabilidades, visto que a sociedade direta ou indiretamente fazia constantes questionamentos quanto a capacidade feminina enquanto chefe de poder. Era comum aquela visão tradicional sobre o gênero feminino de que o papel reservado às mulheres era unicamente os afazeres domésticos, a atenção e o cuidado com a família, em consonância com as obrigações maternas. Representando o

papel materno, religioso e político, Fideralina dedicava-se em atividades pertencentes ao mundo feminino, tal como era representado o espaço feminino no século XIX, sem, contudo, se afastar e deixar de se dedicar à vida pública na cidade de Lavras da Mangabeira.

A espiritualidade contida em Fideralina pode ser interpretada de forma intensa. No sítio onde passou a maior parte de sua vida, há uma capela onde sempre mandava celebrar missas: “A representação de D. Fideralina como uma mulher religiosa tem por base a existência de uma capela construída no Sítio Tatu, na qual mandava, mensalmente, celebrar missa” (PINHO, 2003, p. 76). Em 2016, a capela, que estava em ruínas, começou a ser reformada.



**Figura 3-** Ruínas da Capela do Sítio Tatu (Arquivo pessoal).

Diante da ambiguidade representada por emoções interligadas entre uma forte espiritualidade e o destemor da coronela, alguns populares (levados por certo exagero, talvez) afirmam que Fideralina mandara fazer um rosário com orelhas mutiladas de seus

inimigos, e que com tal rosário rezava, vendo seus escravos trabalharem, sendo isso uma forma de intimidação:

Nos interstícios dessas memórias podemos entrever as representações identitárias, relacionadas com sua vida pública e privadas, tais como: mulher de pulso forte, mãe e esposa, rigorosa na educação dos filhos, religiosa e delicada nos trabalhos manuais como tricô, crochê. Nessa dialética verificasse o abrandamento das ações impulsivas, consideradas como enérgicas, exageros, mentiras (PINHO, 2003, p. 78).

A história de Fideralina se torna mais intrigante e complexa quando fazemos uso do recurso da história oral, já que essa metodologia de trabalho se baseia na coleta de memórias pessoais, que influem de maneira significativa na apropriação de discursos por vezes anônimos, interferindo na fabricação de novos conceitos e verdades sobre o tema histórico estudado:

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS, 2011, p. 97).

Assim, a história oral ressignifica a interpretação de fatos de uma forma mais subjetiva, ao tratar de analisar a identidade de uma sociedade sob as visões de pessoas comuns, populares ou anônimos. Sendo assim, no próximo capítulo, apresentaremos as memórias que se interligam de forma dinâmica na história oficial do município de Lavras da Mangabeira sobre a pessoa pública de Fideralina Augusto Lima, através da análise de algumas entrevistas de pesquisadores, parentes e cidadãos lavrenses.

### CAPÍTULO III

#### FIDERALINA AUGUSTO LIMA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA HISTÓRICA LAVRENSE (1832-1919)

Neste capítulo, discutiremos a memória urbana que se desenvolveu em Lavras da Mangabeira em torno das ações políticas de Fideralina Augusto Lima, propiciada pela escrita de uma elite letrada que construiu uma memória apologética, enfatizando seus grandes feitos e seu poderio político e econômico. Essas memórias, que surgiram por meio da oralidade, são entendidas como memórias míticas:

Denominaremos de “memórias míticas” as recriações biográficas sobre dona Fideralina produzidas após a sua morte. Essas memórias estabelecem relações de identidade e alteridade, expressas por meio da oralidade. As relações identitárias ocorrem através da repetição dos feitos da personagem, assegurando sua permanência na memória popular (PINHO, 2003, p. 71).

A memória que os lavrenses possuem e perpetuam sobre Fideralina está presente na oralidade através de um patrimônio material e imaterial existente na cidade de Lavras da Mangabeira. Pretende-se, neste capítulo, estudar a relação entre a história e a memória de coronela Fideralina sob a ótica da oralidade, com o objetivo principal de entender o que proporcionou o surgimento dessas memórias sobre a vida de Fideralina Augusto Lima, em Lavras da Mangabeira.

Propõe-se uma contextualização das entrevistas a partir de um episódio exótico ocorrido no decorrer da produção deste trabalho: uma criança que jogava bola com seus colegas, em seu descanso no banco de reservas, foi indagada por mim sobre o que pensava sobre Fideralina. Espantado, o garoto faz o sinal da cruz de forma quase imediata. Essa memória da coronela Fideralina persiste no cotidiano lavrense não por meio do ensino histórico propriamente dito, e sim por meio das representações histórico-culturais de uma memória coletiva, constituindo uma singularidade cultural existente na maioria dos lavrenses, que veem na imagem de Fideralina um sentimento de pertencimento a sua história local. Diante de uma história tão instigante, surgem questionamentos sobre a articulação entre essa memória e a participação da referida senhora na constituição política do município de Lavras. As entrevistas, pois, têm por objetivo analisar os questionamentos propostos pelo trabalho de pesquisa.

A ciência histórica passou a utilizar documentos como forma de testemunho dos fatos, não se preocupando tão somente com quem viveu os acontecimentos, mas o que se produziu sobre os mesmos. A historiografia atual condiciona os limites da oralidade ao critério da construção do conhecimento histórico pelos mais variados sujeitos históricos, que é produzido e registrado em arquivos e bibliotecas, passando a serem objetos de investigação e testemunho para o historiador.

De acordo com os pensamentos de Foucault (1972) e Jacques Le Goff (1990), o documento histórico não é objetivo, dado e acabado, mas sim uma fonte histórica padronizada por um discurso e submetido a intencionalidades pré-definidas, visto que o acontecimento histórico em si traz a significação de uma sociedade, seus pensamentos e tradições.

O novo caráter da ciência histórica parte da utilização de diversas formas de documentos, tanto escritos como orais, na possibilidade de apreender uma perspectiva que, como bem descreve Michel de Certeau em sua *Operação historiográfica* (1988), é resultado de um lugar e de uma prática social que, através de métodos e técnicas próprias do ofício do historiador, constroem o conhecimento histórico. Sendo assim, o historiador passa a ter um compromisso com os fatos. Nesse contexto o tempo histórico não é apenas o cronológico, mas também aquele que faz parte dos pensamentos de uma sociedade ou de sua memória: “O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da *memória*, que atravessa a história e a alimenta” (LE GOFF, 1990, p. 13).

A memória torna-se a temática a se constituir como estudo deste capítulo, por meio da análise de sua relação conjugada com a da história, a partir do entendimento de que o conhecimento histórico é construído pelo que a memória nos permite ter acesso e pela forma de como a encontramos, recuperada de um passado, mas diante dos acontecimentos e demandas presentes. Especificamente na perspectiva das memórias que os lavrenses têm sobre Fideralina Augusto Lima, de que forma isso implica no presente? A história não é objeto de estudo apenas do passado, mas de sua relação com o presente. A verdade histórica almejada pelos historiadores acontece assim por meio da relação entre o que aconteceu e do presente de quem analisa.

As memórias partem de um lugar social, por isso determinados ambientes são nomeados como “lugares de memórias”. Este trabalho, ao passo em que analisa memória individual, também lida com a memória coletiva. A história seria uma reconstrução do passado a partir de problemáticas que persistem em aparecer no

presente. “[...] para Halbwachs, a memória coletiva e a memória individual se elaboram em um exercício racionalizante e voluntário de reconstrução do passado” (SANTOS, 2007, p. 84).

Por meio do pensamento de Halbwachs (2006), a memória seria representada visivelmente com a ideia que, de acordo com as relações entre os grupos sociais, existe uma conectividade de laços e conjecturas analíticas que possibilitam ao historiador reter a compreensão da atuação de tais elementos sociais. Analisando por esse viés, a partir da valorização da identidade lavrense e da aparente necessidade de se conhecer a história de um povo e suas origens, é que a atuação política de Fideralina é rememorada na sociedade lavrense e/ou na região centro-sul, seja por um viés positivo seja por um viés negativo.

A partir do pensamento de Paiva (2008), por ser uma mulher incomum ao seu tempo, a vida de Fideralina tomou uma projeção peculiar após a sua morte, chegando a atualidade e contribuindo para a formação da identidade lavrense por meio de suas ações. Tomando-se muitas vezes os resultados políticos do nosso tempo como justificativa dos rumos que viveu outrora, a memória também corresponde a lugares sociais, como salienta Seixas (2002, apud SANTOS, 2007, p. 84). “É nesse ponto que a memória assume uma função política de ser entendida como defesa de si e dos outros nos quais o sujeito se reconhece”.

O passado histórico somente pode ser percebido quando o historiador utiliza recursos e meios investigativos para tal, enquanto que os questionamentos do presente possibilitam uma performance que auxilia na compreensão do conhecimento investigado. Percebe-se, contudo, que a memória reafirma a capacidade de reconstruir o passado, de revivê-lo imbuído de suas emoções, pensamentos e tradições, afirmando ou negando a identidade de uma pessoa ou de um povo. Como a memória faz parte da representação de um passado já morto, é necessário que o historiador utilize a metodologia adequada para estudá-la. Sabe-se assim que a memória se projeta de um dado presente e, como tal, é composta de elementos do seu tempo. A rememoração também significa uma análise minuciosa do tempo presente, particularmente a estas estranhas ressignificações do passado no presente, já que não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado não sendo um fim em si mesmo visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2001, p. 91). Alcançar o passado através da história não se faz apenas pelo exercício de



rememorá-lo, pois o mesmo também traz em si suas próprias questões, respondendo a problemas de um presente onde é gerado o trabalho historiográfico.

### **3.1 Memórias lavrenses sobre Fideralina Augusto Lima**

Interpreta-se por meio da historiografia contemporânea que o saber memorialístico não se constitui de uma objetividade consensualmente histórica. Farge (2011) avalia, sem querer hierarquizar os saberes, que a condição da memória reafirma uma forma de entender duas instâncias nas quais se relacionam conceitos construtores de memórias sobre o objeto de estudo historiográfico. A primeira instância pauta-se na ótica dos estudiosos especializados na assimilação e compreensão da memória histórica local, como membros elitizados da intelectualidade lavrense; e a segunda composta por populares, pessoas comuns que ouviram contar ou vivenciaram fatos relativos à senhora Fideralina Augusto Lima. Na maioria das vezes a memória direciona um caminho emblemático para o historiador, visto que o conhecimento histórico se baseia cientificamente de acordo com a coerência dos fatos. A memória representa por definição um espaço interno na qual a subjetividade é reinante, tornando-se resultado de pretensiosos recortes e seleções por parte da testemunha, caminhando de forma conjugada com os esquecimentos.

Avalia-se, portanto, uma análise das memórias estudadas e o lugar que este estudo exerce na escrita do historiador. Torna-se necessário entender que, através dos lugares sociais nos que vivem as pessoas, as mesmas se relacionam de forma emocional e subjetiva com o acontecido, já que suas relações com o meio codificam uma série de diagnósticos sentimentais pessoais que enriquecem, mas também extraviam a objetividade que se quer compreender com a memória relacionada.

É importante entender que a memória depende muito do grupo social ao qual faz parte, pois o passado não é lembrado tal qual aconteceu, mas sim a partir das influências que ocorrem sobre nós no tempo presente. A memória, ao ser pesquisada, é constantemente repetida e rememorada, reafirmando assim a importância do grupo social que as buscou. A história, através de um relato das vivências do passado, busca ainda uma análise crítica para produzir o conhecimento histórico sobre determinados fatos e acontecimentos. A memória não se finaliza de forma simplória, mas faz parte de

um processo mental humano que necessita de estímulos atuais para que seja rememorada de forma significativa, e assim venha a se tornar em uma fonte histórica:

[...] a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. Isto porque, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós (HUTTON, 1993 *apud* FERREIRA, 2002, p. 321).

O seguinte tópico tem sua exposição dividida em três momentos principais: o primeiro momento vinculado a uma análise das entrevistas de conceituados intelectuais a respeito da figura de Fideralina; o segundo momento concerne a uma memorização de caráter mais afetivo e ligado ao pensamento parentesco de seus descendentes; e o terceiro momento interligado à memória coletiva na representação da caracterização do pensamento popular. Compõe-se, assim, um panorama memorialístico da participação da coronela Fideralina Augusto Lima na construção da identidade lavrense. A partir dos estudos realizados através do *Manual de História Oral* (ALBERTI, 2004), elaborou-se um uma proposta de pesquisa com fins de estudo das memórias que os lavrenses perpetuam sobre a figura de Fideralina na cidade de Lavras da Mangabeira, no estado do Ceará.

De acordo com o desenvolvimento do referido trabalho, tornou-se necessário estabelecer um grupo de colaboradores, entendendo este conceito através de Meihy (2005 *apud* CARVALHO, 2011, p. 18), que pudessem responder aos questionamentos propostos pela pesquisa, tendo sido previamente elaborado um roteiro:

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um *projeto de pesquisa* previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado (ALBERTI, 2004, p. 29).

### **3.2. Fideralina através da oralidade: análise das entrevistas**

Nas entrevistas é possível percebermos como os colaboradores entrevistados compreendem os meios que possibilitaram representações memorialísticas sobre Fideralina em sua participação política na vida social lavrense. Dimas Macêdo (2016)<sup>6</sup> ressalta:

A relação de Dona Fideralina Augusto com a sociedade lavrense é visceral e representa a afirmação e a arrancada definitiva da vila e, depois, da cidade de Lavras para a sua inserção no quadro da cultura nordestina. Desde os seus primórdios, o seu bisavô, Francisco Xavier Ângelo Sobreira, os seus tios-avôs e o seu avô materno, Manoel Rodrigues da Silva, se fizeram baluartes da emancipação política do município de Lavras, e tomaram partido nas lutas pela Independência no Ceará. Também o seu pai, o tenente-coronel João Carlos Augusto, e o seu marido, o major Ildefonso Correia Lima, contribuíram, de forma irreversível, com esses atos de constituição e de crescimento de Lavras da Mangabeira.

No relato, o colaborador apresenta alguns dos motivos que possibilitaram uma participação efetiva de Fideralina na política lavrense e também na política cearense. Partindo de um “berço político”, herdou os comandos patriarcais e, mesmo sendo mulher, ocupou o lugar dos seus parentes masculinos mais próximos com fins de preservar o mandonismo familiar. Por sua vez, Melquíades Pinto Paiva (2016)<sup>7</sup> destaca:

Com a morte do pai, major João Carlos Augusto (1805? – 1856), na condição de filha mais velha (primogênita), e por sempre ter se mostrado mandona, assumiu o controle da família, com a ajuda do marido, Ildefonso Correia Lima (1828 – 1876). Houve uma certa divisão de atribuições: ele cuidava da parte econômica e ela da política. Daí o começo da “coronela”, tão conhecida, que soube bem se relacionar com os seus comparsas, coronéis como ela, e com os poderosos da Província/Estado, pois foi quase sempre governista. Queria apenas o poder!

O destacado mando que exercia a coronela, com grande participação nas decisões políticas do estado, seria resultado das relações e heranças familiares que a

---

<sup>6</sup> MACÊDO, Dimas. Dimas Macêdo: Entrevista [Maio de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG. A entrevista na íntegra se encontra transcrita no Apêndice A desta monografia.

<sup>7</sup> PAIVA, Melquíades Pinto. Melquíades Pinto Paiva: Entrevista [Maio de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG. A entrevista na íntegra se encontra transcrita no Apêndice A desta monografia.

mesma possuía em Lavras da Mangabeira e em regiões vizinhas ao estado do Ceará, e a tradição oral tratou de perpetuar mitos e lendas sobre a imagem de Fideralina.

Para Rejane Monteiro Gonçalves (2016)<sup>8</sup>, a projeção política de Fideralina se deu mediante:

Com o poder que tinha, conseguiu eleger os filhos, um deputado provincial e dois filhos deputados estaduais. Influenciava na eleição da Câmara, que quase sempre tinha na presidência familiares ou aliados. Assim, com o poder do voto, conquistou a confiança do Governo, participando nas mais importantes decisões políticas do final do século XIX e início do século XX.

A destacada senhora não pode ser compreendida como uma mulher com poderes especiais, devendo ser interpretada como uma legítima matriarca que lutou por seus interesses e de seus familiares, passando a ser representada assim dentro da história local como uma mulher “à frente do seu tempo”. Como bem destacou o historiador e colaborador Dimas Macêdo (2016):

A ela coube o papel de continuadora dessa tradição, mas é sob a sua égide que a vila de Lavras alcança o seu *status* de cidade e o apogeu do seu sistema político, baseado em uma oligarquia que ela comandou com pulso de ferro, cuidando da educação dos seus filhos e administrando, com rara competência, o seu patrimônio político. Dona Fideralina não foi apenas uma líder política extraordinária, mas uma latifundiária e uma empresária de grande visão.

José Teles (2016), poeta, apreciador da história local e importante colaborador, destaca:

Enfim, destaco-lhe a personalidade forte e indiscutivelmente política. O poderio de Fideralina Augusto Lima extrapolou os limites do município de Lavras, alcançando a região do Cariri especialmente a partir de 1901. [...] Dona Fideralina concentrava de tal modo o poder lavrense, que o executivo local era exercido exclusivamente por familiares seus. Abria exceção apenas para correligionários de sua

---

<sup>8</sup> GONÇALVES, Rejane Monteiro. Rejane Monteiro Gonçalves: Entrevista [Junho de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG. A entrevista na íntegra se encontra transcrita no Apêndice A desta monografia.

inteira confiança. Para melhor dizer, o estado do Ceará era celeiro de coronéis famosos e renomados.

Os colaboradores entendem a pessoa de Fideralina como uma pessoa de decisão firme e que, mediante sua opinião e interesse, não aceitava contestações alheias. O destaque à referida coronela postumamente se justifica por uma genialidade intempestiva de caráter autoritário e pelos momentos históricos dos quais participou. Melquíades Pinto (2016) afirma:

Fideralina Augusto Lima (1832 – 1919) foi expoente do coronelismo no sul do Ceará, nos fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Teve maior destaque por ser mulher e ter mandado depor, à bala, o próprio filho Honório Correia Lima, em 1907, então intendente de Lavras. Foi ela que consolidou o clã dos Augustos em Lavras; o liderou enquanto viveu. Deste modo, muito influenciou na formação da sociedade sertaneja lavrense, dando-lhe características que persistem ao longo do tempo: latifundiária, prepotente e governista. Em suma: fundou uma oligarquia.

Como mulher, Fideralina enfrentou muitas dificuldades para manter seu lugar na política. Ao perder o pai e o marido, sentiu-se obrigada a dar continuidade às atividades político-econômicas familiares. Muito se fala sobre Fideralina e seus descendentes, mas poucos estudos existem sobre sua participação política e seu lugar de mulher em uma sociedade centrada nos interesses masculinos, em suas dimensões político-administrativas, limitando o acesso das mesmas à esfera social ativa de fins do século XIX e início do XX, especificamente de 1832 a 1919. Sobre seu lugar de mulher, o colaborador Dimas Macêdo (2016) enfatiza:

Na vila de São Vicente das Lavras a educação formal do sexo feminino somente foi permitida em 1856, quando Fideralina Augusto tinha vinte e quatro anos, já era casada e mãe de vários filhos. É interessante também observar que ela ficou viúva ainda jovem e que cuidou com esmero da educação dos seus filhos. Tudo, na sua época, funcionava contra as aspirações e os direitos da mulher. Ela, no entanto, soube furar esse bloqueio e firmar a sua personalidade. Nesse sentido, ela foi uma pioneira. E uma pioneira ainda mal estudada, mal interpretada, diluída entre fantasias e histórias que falam de um mito, mas que não se voltam para a sua vida real. Daí me parecer oportuno o estudo da sua época e da sua personalidade no âmbito da vida

acadêmica e universitária, com os recursos da pesquisa de ordem científica.

Dimas Macêdo (2016) dá ênfase à necessidade de se analisar a vida de Fideralina e sua conseqüente participação política através de um ângulo mais científico, pois a maioria dos trabalhos que possuem Fideralina como objeto de pesquisa a estudam unicamente como uma figura política, ou então como espaço de lendas e significações mitológicas.

Melquíades Paiva aborda essa questão mitológica: “Sua fama de valente, decidida e poderosa foi se espalhando no sul do Ceará. Com o tempo, seus feitos começaram a adentrar a cultura popular. Hoje está na memória do povo e virou mito”. Paiva (2016) destaca a constituição lendária que possibilita o surgimento de memórias sobre Fideralina através de suas decisões políticas incontestáveis e de suas ações inusitadas. Os relatos nos permitem perceber que a construção biográfica de Fideralina pauta-se, principalmente, na memória passada de geração para geração através da oralidade.

Para Rejane Monteiro Gonçalves (2016), “Fideralina sobressaiu-se como um fenômeno no município de Lavras, deixando exemplos de vida marcantes. Significou muito para a sociedade, na medida em que procurou elevar sua terra no cenário político do Estado, fazendo-a sempre prestigiada por expressiva representação”. A participação da referida coronela nas decisões políticas estaduais possibilitou sua projeção aos dias atuais. Não é possível estudarmos sobre as principais decisões ocorridas no Estado do Ceará sem percebermos a presença, ainda que por representação de parentes ou homens de confiança, de Fideralina Augusto Lima. José Teles (2016) destaca: “O poderio de Fideralina Augusto Lima extrapolou os limites do município de Lavras, alcançando a região do Cariri, especialmente a partir de 1901”.

É interessante notar que o produzido até hoje sobre Fideralina está intrinsecamente ligado a uma tradição familiar ou a uma história lendária. É importante e necessário analisarmos o que se pensa sobre Fideralina, o que ela representa para nossa identidade local. Dimas Macêdo (2016):

A disputa de memória em torno de Dona Fideralina Augusto está ainda começando. O que se firmou, até agora, foi unicamente o mito e

fantasia, apesar dos estudos de Joaryvar Macedo e das minhas contribuições. O roteiro biográfico de Rejane Augusto (*A Vocação Política da Fideralina Augusto Lima*, 1990) e a biografia de Melquíades Pinto Paiva (*Uma Matriarca do Sertão – Fideralina Augusto Lima*, 2008) são ainda embrionários e estes autores são seus descendentes diretos, isto é, trazem dos seus ancestrais os fulgores da herança e a força da tradição familiar. Esse ciclo precisa ser rompido.

Para Rejane Monteiro (2016), permanece na memória dos lavrenses: “A memória que permanece na mentalidade dos lavrenses é o exemplo de honestidade e respeito à família, de mulher valente e autoritária na defesa de suas decisões, contando com munição e cabras armados às suas ordens”. Muitos parentes de Fideralina Augusto Lima preservam esta memória, mas a oralidade popular, a partir das ações políticas de cunho coronelístico, a consideram cruel e autoritária. Desencadeando a construção de mitos que não possuem base histórica e/ou científica para afirmarem à biografia da referida senhora. Contudo, podemos observar que a memória que se perpetua, é a retratada por seus familiares.

Rejane Monteiro aborda a formação dos mitos sobre a personagem histórica de Fideralina:

O que possibilitou essa constituição lendária foi o fato de serem atribuídas a essa mulher singular ações revolucionárias de impacto social, fugindo ao convencional do seu tempo; de fazer valer seu querer e sua vontade, sempre encontrando meios de realizar; de nunca ter conhecido a derrota em suas pretensões. Daí sua memória sobreviver aos anos e ao tempo de maneira ainda mais viva, mais real, mais forte” (MONTEIRO, 2016)

A construção da identidade lavrense passa principalmente pelo estigma de valentia e firmeza nas decisões. Os lavrenses são conhecidos em outras regiões como descendentes dos Augustos. Sendo assim, o que mais se percebe fortemente nos discursos sobre Fideralina são as habilidades políticas, que seriam natas. A partir de um grande controle social, ela comandou a política até mesmo no âmbito estadual.

É possível perceber como a construção de uma memória está arraigada na elite letrada lavrense. Cristina Couto (2016):

Dona Fideralina Augusto Lima foi uma mulher à frente do seu tempo, ela como poucos usou da sua inteligência privilegiada e da sabedoria feminina em seu favor. A sociedade da qual Fideralina participou e

construiu foi uma herança de família que veio com Xavier Ângelo (capitão-mor da Povoação de São Vicente das Lavras da Mangabeira), herdada pelo seu pai (João Carlos Augusto) e posteriormente por ela depois da morte do seu genitor, em 1856. Constituindo, assim, a maior oligarquia do Nordeste Brasileiro de 1773 a 1974 quando Vicente Pinto de Macedo assumiu o poder executivo de Lavras da Mangabeira. Embora, ela nunca deixou de ter um descendente na Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Senado, Câmara de Vereadores e um prefeito em alguma cidade do Ceará.

Uma memória que se perpetua através de uma oralidade afirmada por meio de familiares e de estudiosos da história da cidade de Lavras da Mangabeira. Para a entrevistada Cristina Couto, a participação de Fideralina na política é motivo de curiosidade:

O espaço ocupado por ela na liderança política do seu pai, por ser a filha mais velha, tocou os negócios do seu pai para sustento da mãe e dos irmãos, administrando com mãos de ferro e multiplicando os bens. Embora sempre colocou um homem da família como testa de ferro. Primeiro o irmão, depois o marido e, quando enviuvou, os filhos. Foi uma grande líder política, uma grande empresária e uma investidora futurista.

A principal problemática é a forma como a memória sobre Fideralina Augusto Lima foi sendo construída. Cristina Couto afirma:

Infelizmente, a história dessa grande mulher foi vista e construída ou desconstruída de modo pejorativo. Com o intuito de acabar com a oligarquia política da família Augusto, políticos da época passaram para o povo uma ideia errônea da sua história, até o começo do século XXI, ela era vista como uma mulher cruel e perversa. Uma cangaceira. Embora, ela já tinha se tornado conhecida no mundo inteiro. Muitas são as dissertações de mestrado, teses de doutoramento e monografias sobre sua vida. A grande responsável por a história de Dona Fideralina ganhar o mundo foi da escritora cearense Raquel de Queiroz que, com muita maestria, encantou e fascinou o mundo com essa grande mulher lavrense. Como ela mesma afirmava: Do Rio Amazonas ao Vale do São Francisco não existiu ninguém mais poderosa do que Dona Fideralina de Lavras da Mangabeira.



### 3.3 Memória histórica: considerações sobre as entrevistas

Este trabalho torna-se relevante, na medida em que percebemos o relato de pessoas letradas e consideradas escritores da história do município de Lavras da Mangabeira, no centro-sul do Ceará. A escolha dos participantes é justificada pela própria tradição oral da cidade, visto que a oralidade predominante é a desses memorialistas. Desde pequenas, as crianças têm contato na escola com uma história que não problematiza o lugar de Fideralina Augusto Lima na sociedade lavrense.

Esta pesquisa teve o objetivo de observar estes “olhares” sobre a participação de Fideralina na política cearense, e mais especificamente na construção histórica do que hoje é a cidade de Lavras da Mangabeira. A memória sobre uma mulher incomum é perpetuada, e muitas das vezes utilizada para afirmar a grandeza de seus descendentes na contemporaneidade. O lugar que Fideralina assumiu é específico e foi resultado de uma herança do comando familiar. A base da sociedade lavrense está firmada no poder da família Augusto. É preciso compreender que o patrimônio deixado por Fideralina tornou-se um lugar de memória em que é possível se perceber a imponência e o poderio econômico que possuiu a referida senhora, e que ainda faz parte da vida de muitos de seus entes.

Por não ser comum a mulher assumir o comando do lar e dos negócios, Fideralina tornou-se uma figura considerada mitológica, por isso a tradição oral tomou conta de perpetuar muitas lendas e mitos sobre a mesma. Desde os habitantes mais antigos, passando pelos mais novos, todos têm algo a dizer ou uma história a contar sobre os atos perversos da temida coronela. Diante de uma pesquisa histórica, foram levados em consideração os questionamentos de como esta memória se perpetuou diante da sociedade lavrense e que memória é esta.

Como possuía representação em todo o estado, participava da maioria das decisões políticas que influenciavam diretamente no seu poder local. Como destaca MACÊDO (2016), Fideralina obteve maior destaque porque, de uma maneira ou de outra, contornou uma sociedade em que a mulher não era reconhecida como ser participante de atividades sociais ou políticas. É importante destacar que a principal motivação para este estudo, está na particularidade que é o objeto de pesquisa. As

memórias que os lavrenses têm sobre Fideralina Augusto Lima estão intrinsicamente ligadas à particularidade de sua atuação política, enquanto uma mulher que assumiu o lugar de um coronel.

A notícia de seus feitos e a sua participação política na esfera estadual fez com que sua fama se espalhasse e adentrasse na cultura popular, gerando até mesmo mitos sobre sua vida. A memória está presente na mentalidade lavrense, como também no patrimônio que Fideralina deixou: a casa grande da sede e o sítio Tatu. É preciso ainda se estudar muito sobre a história dessa mulher e sua contribuição para a história da cidade de Lavras da Mangabeira.

As memórias analisadas nesta pesquisa, visam o entendimento de como os cidadãos lavrenses através de memorialistas e pessoas que possuem uma ligação familiar com Fideralina Augusto Lima, corroboram para o engrandecimento de sua personagem e conseqüentemente para a memória popular que chega até as diversas classes sociais da sociedade lavrense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias que os lavrenses têm sobre Fideralina Augusto Lima, a coronela do centro-sul cearense, prevalecem a partir das referências que a oralidade perpetuou sobre suas ações de mulher que assumiu hereditariamente o posto de comando do pai e posteriormente do marido. Apesar de existirem diversas possibilidades de pesquisa, a referida senhora foi estudada de forma enfática por um viés mais discursivo. As entrevistas e discussões teóricas realizadas neste trabalho tiveram por objetivo principal entender porque a história de Fideralina causa tanta inquietação até os dias atuais. Diante das decisões que a própria vida exigiu de Fideralina, sua personagem ficou para a história de uma forma marcante.

Ao conversarmos com habitantes da cidade de Lavras da Mangabeira, no Estado do Ceará, nos deparamos com uma memória fundamentada nas fortes decisões políticas e na participação de Fideralina e da família Augusto nas decisões políticas do Estado do Ceará como um todo. A partir dessas memórias e da oralidade, constituiu-se a identidade lavrense, povo conhecido em todo o território nacional pela valentia herdada ou adquirida através da ligação com o clã destacado. Ao rememorar o passado, a oralidade afirma a vivência política de uma época que se reflete no presente.

Ao passo em que Fideralina é adjetivada nos discursos familiares, também é criticada pela crueldade das ações que teria cometido com seus subordinados. Muitos episódios de sua vida passaram a ser narrados e tornaram-se verdadeiras lendas perpassadas de geração a geração. A partir da discussão de diversos autores, é possível estudarmos Fideralina sob diversas perspectivas e até mesmo trabalharmos as lendas que remetem a sua biografia. É importante entendermos que o lugar que Fideralina ocupou em fins do século XIX e início do XX contribuiu para o desenrolar de sua história pública.

As entrevistas apresentam a problemática de uma memória mítica, entendida como o conjunto de lendas que se perpetuou sobre o objeto de pesquisa deste trabalho. Os discursos também perpetuam uma grande participação feminina nos rumos que a

cidade de Lavras tomou na política cearense. Até os dias atuais a oralidade cria e recria a figura histórica de Fideralina Augusto Lima.

As memórias sobre uma mulher de destaque em uma época onde as mesmas eram destinadas a cuidar da família ficaram silenciadas. Nesse sentido, é interessante observarmos que Fideralina se destacou na política através da sua representação familiar no cenário estadual, tendo em vista o perfil de liderança que exercia. Assim, essa dicotomia foi apresentada neste trabalho através da análise de entrevistas. O objetivo não é esgotar o assunto, mas apontar aqui análises que corroboram para a problemática proposta.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. **Mudanças e conquistas: história oral de vida de mulheres migrantes em Lucas do Rio Verde-MT 1980-2006.** 2011. 210f. Tese (Doutorado em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História: novos problemas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988. p. 17-48.

FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local.** Tese. 2000. 236f. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** Rio de Janeiro: Global Editora, 2013.

GONÇALVES, Rejane Monteiro Augusto. **Lavras da Mangabeira - Um marco histórico.** 2. ed. Fortaleza: Tipoprogresso, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. **O coronelismo, uma política de compromisso.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LIMA, Gentil Augusto. **Cangaceiros.** 2. ed. Fortaleza: 2015.

MACEDO, Dimas. **A brisa do Salgado.** Fortaleza: Imprece, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lavrenses ilustres.** 3. ed. Fortaleza: Editora RDS, 2012.

MACÊDO, Joaryvar. **Império do bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Uma matriarca do Sertão**: Fideralina Augusto Lima. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2008.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1975. t. III, v. 1. p. 153-190.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

THOMPSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

## ARTIGOS

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2003, p. 9-25.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-332.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivansk. História oral como fonte: Problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 1, 2011, p. 95-108.

PINHO, Silvana de Sousa. Rosário de Orelhas: Memória mítica de Fideralina Augusto Lima. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 2, jul./dez. 2003.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; QUEIROZ, Rachel de. Matriarcas do Ceará: Dona Fideralina de Lavras. **Papéis Avulsos**, Rio de Janeiro, n. 24, 1990.

REGO, André Heráclio do. O papel do coronelismo na formação da sociedade brasileira. **Terra de Sol**, Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, 2014, p. 73-94.

\_\_\_\_\_. **Uma vez coronel, sempre coronel**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 5, nº 60, 2010, p. 58-61.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: Desafios de uma relação teórica. **OPIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 285-298, 1993.

## SITES

CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 01 maio 2016.

LIMA, Valdira Bezerra. **Ética e política: coronelismo, voto e cabresto**. Disponível em: <[valdirabezerra.jusbrasil.com.br](http://valdirabezerra.jusbrasil.com.br)>. Acesso em: 05 abr. 2016.

## ENTREVISTAS

COUTO, Cristina. Cristina Couto: Entrevista [Julho de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG.

GONÇALVES, Rejane Monteiro. Rejane Monteiro Gonçalves: Entrevista [Junho de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG.

MACÊDO, Dimas. Dimas Macêdo: Entrevista [Maio de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG.

PAIVA, Melquíades Pinto. Melquíades Pinto Paiva: Entrevista [Maio de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG.

SILVA, José Teles da. José Teles da Silva: Entrevista [Maio de 2016]. Entrevistadora: Jussara de Fátima Germano Sá. Lavras da Mangabeira-CE, 2016. Transcrita. Entrevista concedida à monografia do Curso Licenciatura em História, UFCG.

## APÊNDICE A

### Entrevista 01

**COLABORADOR: Dimas Macêdo (Historiador, poeta, escritor, professor, membro da Academia Lavrense de Letras)**

**DATA: 09/05/2016**

*Jussara Germano* - **Qual é a relação de Fideralina na constituição da sociedade lavrense? E quais aspectos ela significou à sua sociedade?**

*Dimas Macedo* – A relação de Dona Fideralina Augusto com a sociedade lavrense é visceral e representa a afirmação e a arrancada definitiva da vila e, depois, da cidade de Lavras para a sua inserção no quadro da cultura nordestina. Desde os seus primórdios, o seu bisavô, Francisco Xavier Ângelo Sobreira, os seus tios-avôs e o seu avô materno, Manoel Rodrigues da Silva, se fizeram baluartes da emancipação política do município de Lavras, e tomaram partido nas lutas pela Independência no Ceará. Também o seu pai, o tenente-coronel João Carlos Augusto, e o seu marido, o major Ildfonso Correia Lima, contribuíram, de forma irreversível, com esses atos de constituição e de crescimento de Lavras da Mangabeira. A ela coube o papel de continuadora dessa tradição, mas é sob a sua égide que a vila de Lavras alcança o seu *status* de cidade e o apogeu do seu sistema político, baseado em uma oligarquia que ela comandou com pulso de ferro, cuidando da educação dos seus filhos e administrando, com rara competência, o seu patrimônio político. Dona Fideralina não foi apenas uma líder política extraordinária, mas uma latifundiária e uma empresária de grande visão.

*Jussara* - **Fideralina viveu em uma época onde as mulheres não tinham tanta participação social, o que você diria que possibilitou a ela o espaço na política, economia e administração?**

*Dimas* – Na vila de São Vicente das Lavras a educação formal do sexo feminino somente foi permitida em 1856, quando Fideralina Augusto tinha vinte e quatro anos, já era casada e mãe de vários filhos. É interessante também observar que ela ficou viúva ainda jovem e que cuidou com esmero da educação dos seus filhos. Tudo, na sua época, funcionava contra as aspirações e os direitos da mulher. Ela, no entanto, soube furar esse bloqueio e firmar a sua personalidade. Nesse sentido, ela foi uma pioneira. E uma pioneira ainda mal estudada, mal interpretada, diluída entre fantasias e histórias que falam de um mito, mas que não se voltam para a sua vida real. Daí me parecer oportuno



o estudo da sua época e da sua personalidade no âmbito da vida acadêmica e universitária, com os recursos da pesquisa de ordem científica.

***Jussara* - Sendo mulher de decisões firmes, Fideralina possibilitou aos lavrenses e às demais pessoas a criação de uma memória sobre a sua personalidade enquanto figura pública e mulher. Diante de tantas pesquisas e da vivência lavrense, o que possibilitou a criação desta memória? Qual é a memória que prevalece sobre Fideralina Augusto Lima em Lavras da Mangabeira Ceará?**

*Dimas* – A disputa de memória em torno de Dona Fideralina Augusto está ainda começando. O que se firmou, até agora, foi unicamente o mito e fantasia, apesar dos estudos de Joaryvar Macedo e das minhas contribuições. O roteiro biográfico de Rejane Augusto (*A Vocação Política da Fideralina Augusto Lima*, 1990) e a biografia de Melquíades Pinto Paiva (*Uma Matriarca do Sertão – Fideralina Augusto Lima*, 2008) são ainda embrionários e estes autores são seus descendentes diretos, isto é, trazem dos seus ancestrais os fulgores da herança e a força da tradição familiar. Esse ciclo precisa ser rompido. É o que pretendo fazer nos próximos anos, com a publicação de um livro definitivo sobre essa ilustre madona. Um livro contextualizado, que tem como marcos os anos de 1773 (quando ocorre o matrimônio do bisavô materno de Fideralina, na Igreja Matriz do Icó) e 1923 (data em que se verifica o assassinato do Coronel Gustavo, última representação de Dona Fideralina, no centro comercial de Fortaleza). Um ensaio escrito com as luzes da Ciência Política e da Sociologia Política, mas que paga tributo à Historiografia e à verificação apodítica dos documentos e dos fatos protagonizados por Fideralina Augusto e pelos seus descendentes, na época em que ele atuou como soberana e como rainha sem coroa.

## ENTREVISTA 02

**COLABORADOR:** Melquíades Pinto Paiva (Pesquisador, escritor, trineto de Fideralina).

**DATA:** 04/05/2016

**1- Qual é a relação de Fideralina na constituição da sociedade lavrense? E quais aspectos ela significou à sua sociedade?**

Fideralina Augusto Lima (1832 – 1919) foi expoente do coronelismo no sul do Ceará, nos fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Teve maior destaque por ser mulher e ter mandado depor, a bala, o próprio filho Honório Correia Lima, em 1907, então intendente de Lavras. Foi ela que consolidou o clã dos Augustos em Lavras; o liderou enquanto viveu. Deste modo, muito influenciou na formação da sociedade sertaneja lavrense, dando-lhe características que persistem ao longo do tempo: latifundiária, prepotente e governista. Em suma: fundou uma oligarquia.

**2- Fideralina viveu em uma época onde as mulheres não tinham tanta participação social, o que você diria que possibilitou a ela o espaço na política, economia e administração?**

Fideralina Augusto Lima (1832 – 1919) foi expoente do coronelismo no sul do Ceará, nos fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Teve maior destaque por ser mulher e ter mandado depor, a bala, o próprio filho Honório Correia Lima, em 1907, então intendente de Lavras. Foi ela que consolidou o clã dos Augustos em Lavras; o liderou enquanto viveu. Deste modo, muito influenciou na formação da sociedade sertaneja lavrense, dando-lhe características que persistem ao longo do tempo: latifundiária, prepotente e governista. Em suma: fundou uma oligarquia.

**3- Sendo mulher de decisões firmes, Fideralina possibilitou aos lavrenses e às demais pessoas a criação de uma memória mítica. Ou seja, estabeleceu-se na memória lavrense a representação de uma mulher cruel e destemida. Diante de tantas pesquisas e da vivência lavrense, o que possibilitou a criação desta memória?**

Fideralina Augusto Lima (1832 – 1919) foi expoente do coronelismo no sul do Ceará, nos fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Teve maior destaque por ser mulher e ter mandado depor, a bala, o próprio filho Honório Correia Lima, em 1907, então intendente de Lavras. Foi ela que

consolidou o clã dos Augustos em Lavras; o liderou enquanto viveu. Deste modo, muito influenciou na formação da sociedade sertaneja lavrense, dando-lhe características que persistem ao longo do tempo: latifundiária, prepotente e governista. Em suma: fundou uma oligarquia.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2016.

Melquíades Pinto Paiva

### ENTREVISTA 03

**COLABORADOR:** José Teles da Silva (Poeta, escritor e acadêmico da Academia Lavrense de Letras)

**DATA:** 02/06/2016

“Dona Fideralina era a primeira filha do casal João Carlos Augusto e Isabel Rita de São José, era neta pelo lado paterno de marquês de Aracati. O pai de dona Fideralina, o senhor João Carlos Augusto foi eleito em dois mandatos a Assembleia Provincial do Ceará, períodos: 1850-1851 e 1852-1853. Dona Fideralina era casada com o major Ildefonso Correia Lima de Várzea Alegre- Ceará. Tiveram numerosa prole, ficando viúva ainda jovem. “No período em que comandou o clã dos Augustos, ela adotou todas as características do perfeito coronelismo sertanejo, com base no latifúndio e na ocupação de cargos públicos”. (Cita o escritor Melquíades Pinto Paiva) Inclusive filhos e genros ocuparam posições nos poderes executivo, legislativo e judiciário do município de Lavras. Três dos seus filhos deputados (provincial, estadual e federal). E dois destes ocuparam a vice-presidência do Ceará. Enfim, destaco-lhe a personalidade forte e indiscutivelmente política. O poderio de Fideralina Augusto Lima extrapolou os limites do município de Lavras, alcançando a região do Cariri especialmente a partir de 1901. Do casal ilustre, Ildefonso Correia Lima e Fideralina Augusto Lima, nasceram vários filhos. Os que mais se destacaram foram: Honório Correia Lima, tenente-coronel da Guarda Nacional, promotor público e juiz de direito, intendente e deputado estadual; Ildefonso Correia, deputado provincial, deputado estadual, deputado federal e terceiro vice-presidente do Ceará; Joaquim Augusto Lima, suplente de juiz municipal e promotor público da Comarca de Lavras; Francisco Augusto Correia Lima, suplente de juiz municipal, promotor e prefeito de Lavras; Coronel Gustavo Augusto Lima, coletor de rendas provinciais do município, membro do Batalhão da Guarda Nacional de Lavras, conselheiro da intendência, deputado estadual em 1915-1923, terceiro vice-presidente do Ceará 1914-1916. Vale salientar que o coronel Gustavo Augusto Lima foi o político mais poderoso do Ceará. Na Sedição de Juazeiro, ele deu quatrocentos homens armados e municidados ao padre Cícero Romão Batista, e foi até Fortaleza com dois mil homens que o padre Cícero conseguiu com outros coronéis do Cariri e deportaram o governador do Ceará doutor Franco Rabelo em 1914. Dona Fideralina concentrava de tal modo o poder lavrense, que o executivo local era exercido

exclusivamente por familiares seus. Abria exceção apenas para correligionários de sua inteira confiança. Para melhor dizer, o estado do Ceará era celeiro de coronéis famosos e renomados. Existiam quatro coronelas valentes, ou quatro matriarcas que nunca perderam o poder político. Eram elas: Rachel de Queiroz em Quixadá; Fideralina Augusto Lima em Lavras da Mangabeira; Marica Macêdo em Aurora, e Bárbara de Alencar no Crato. A opinião pública atualmente se divide. Uns detestam a valentia e o poderio de Fideralina Augusto Lima, outros dizem que diante de tantos desmantelos que existem hoje no Brasil, como sejam: violência, confusões políticas, e a maldita corrupção, não faz diferença do passado com o presente. Quanto ao poderio, a liderança, a força política de Dona Fideralina Augusto Lima estão sendo repassadas para muitos de seus descendentes. Não sei se com esse relato eu correspondo a expectativa dos intelectuais que pediram este histórico. Com muito respeito e admiração agradeço aqui a essência dos grandes educadores dessa egrégia faculdade paraibana. Escreveu: José Teles da Silva, poeta, escritor e acadêmico da Academia Lavrense de Letras. Lavras 2/6/2016.”

## ENTREVISTA 04

**COLABORADOR:** Rejane Monteiro Augusto Gonçalves (Historiadora, membro da Academia Lavrense de Letras, trineta de Fideralina).

**DATA:** 21/06/2016

**1 Qual é a relação de Fideralina na constituição da sociedade lavrense? E quais aspectos ela significou a esta sociedade?**

Fideralina sobressaiu-se como um fenômeno no município de Lavras, deixando exemplos de vida marcantes. Significou muito para a sociedade, na medida em que procurou elevar sua terra no cenário político do Estado, fazendo-a sempre prestigiada por expressiva representação.

**2 Fideralina viveu em uma época onde as mulheres não tinham tanta participação social, a que o (a) senhor (a) atribui a expressividade política de Fideralina no coronelismo do centro-sul cearense? E o que possibilitou sua participação nas mais importantes decisões políticas do final do século XIX e início do século XX no estado como um todo?**

Era proprietária de vasto território no município de Lavras, com muitas propriedades rurais e bens imóveis. Herdeira do poder político do pai, que foi deputado provincial; e, viúva bem jovem do Major Ildefonso Correia Lima, vereador e presidente da Câmara, muito influente na política municipal, passou a administrar o município como quis. Com o poder que tinha, conseguiu eleger os filhos, um deputado provincial e dois filhos deputados estaduais. Influenciava na eleição da Câmara, que quase sempre tinha na presidência familiares ou aliados. Assim, com o poder do voto, conquistou a confiança do Governo, participando nas mais importantes decisões políticas do final do século XIX e início do século XX.

**3 Sendo mulher que assumiu o lugar do marido, quando o mesmo faleceu, Fideralina possibilitou aos lavrenses e às demais pessoas a criação de uma memória. Qual a memória que permanece na mentalidade dos lavrenses sobre Fideralina Augusto Lima na contemporaneidade? Observando não só a perpetuada por sua família, mas a de pessoas que não possuem nenhum parentesco com a coronela.**

A memória que permanece na mentalidade dos lavrenses é o exemplo de honestidade e respeito à família; de mulher valente e autoritária na defesa de suas decisões, contando com munição e cabras armados às suas ordens.

**4 Não procurando criar um juízo de valor sobre a referida senhora, mas ao analisar as memórias que os lavrenses têm sobre Fideralina, é possível nos depararmos com diversas lendas a seu respeito. O que possibilitou esta constituição lendária?**

O que possibilitou essa constituição lendária foi o fato de serem atribuídas a essa mulher singular ações revolucionárias de impacto social, fugindo ao convencional do seu tempo; de fazer valer seu querer e sua vontade, sempre encontrando meios de realizar; de nunca ter conhecido a derrota em suas pretensões. Daí sua memória sobreviver aos anos e ao tempo de maneira ainda mais viva, mais real, mais forte.

**5 Para o (a) senhor (a), qual a influência de Fideralina para a construção da identidade lavrense?**

Lavras é representada por uma mulher valente, de prestígio, de habilidade política, dentre muito poucas na história do Ceará. O município de Lavras e Fideralina se confundem: ambos se completam.

**6 Qual a relação da atuação política de Fideralina no final do século XIX e início do XX para a constituição da política atual do nosso município?**

O período da atuação política de Fideralina marcou o ápice da história de Lavras. Difícil é fazer a relação desse período com a constituição da política atual em nosso município, pois a política municipal, de um modo geral, funciona igualmente.

## ENTREVISTA 05

**COLABORADOR:** Cristina Couto (Historiadora, secretária de cultura).

**DATA:** 12/07/2016

**1- Qual é a relação de Fideralina na constituição da sociedade lavrense? E quais aspectos ela significou à sua sociedade?**

Dona Fideralina Augusto Lima foi uma mulher a frente do seu tempo, ela como poucos usou da sua inteligência privilegiada e da sabedoria feminina em seu favor.

A sociedade da qual Fideralina participou e construiu foi uma herança de família que veio com Xavier Ângelo (capitão-mor da Povoação de São Vicente das Lavras da Mangabeira), herdada pelo seu pai (João Carlos Augusto) e posteriormente por ela depois da morte do seu genitor, em 1856. Constituindo, assim, a maior oligarquia do Nordeste Brasileiro de 1773 a 1974 quando Vicente Pinto de Macedo assumiu o poder executivo de Lavras da Mangabeira. Embora, ela nunca deixou de ter um descendente na Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Senado, Câmara de Vereadores e um prefeito em alguma cidade do Ceará.

**2- Fideralina viveu em uma época onde as mulheres não tinham tanta participação social, o que você diria que possibilitou a ela o espaço na política, economia e administração?**

O espaço ocupado por ela na liderança política do seu pai, por ser a filha mais velha tocou os negócios do seu pai para sustento da mãe e dos irmãos administrando com mãos de ferro e multiplicando os bens. Embora sempre colocou um homem da família como testa de ferro. Primeiro o irmão, depois os marido e quando enviuvou os filhos. Foi uma grande líder política, uma grande empresária e uma investidora futurista.

**3- Sendo mulher de decisões firmes, Fideralina possibilitou aos lavrenses e às demais pessoas a criação de uma memória sobre a sua personalidade enquanto figura pública e mulher. Diante de tantas pesquisas e da vivência lavrense, o que possibilitou a criação desta memória? Qual é a memória que prevalece sobre Fideralina Augusto Lima em Lavras da Mangabeira Ceará?**



Infelizmente, a história dessa grande mulher foi vista e construída ou desconstruída de modo pejorativo. Com o intuito de acabar com a oligarquia política da família Augusto, políticos da época passaram para o povo uma ideia errônea da sua história, até o começo do século XXI, ela era vista como uma mulher cruel e perversa. Uma cangaceira.

Embora, ela já tinha se tornado conhecida no mundo inteiro. Muitas são as dissertações de mestrado, teses de doutoramento e monografias sobre sua vida. A grande responsável por a história de Dona Fideralina ganhar o mundo foi da escritora cearense Raquel de Queiroz que com muita maestria encantou e fascinou o mundo com essa grande mulher lavrense. Como ela mesma afirmava: Do Rio Amazonas ao Vale do São Francisco não existiu ninguém mais poderosa do que Dona Fideralina de Lavras da Mangabeira.